

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

FELIPE MATHIA CORREA

**CRESCIMENTO, DESENVOLVIMENTO E PROGRESSO EM PERSPECTIVA
HISTÓRICA: COMPARAÇÃO ENTRE AS TRAJETÓRIAS EVOLUTIVAS DE
BRASIL E CORÉIA DO SUL (1945-2010)**

Porto Alegre

2013

FELIPE MATHIA CORREA

**CRESCIMENTO, DESENVOLVIMENTO E PROGRESSO EM PERSPECTIVA
HISTÓRICA: COMPARAÇÃO ENTRE AS TRAJETÓRIAS EVOLUTIVAS DE
BRASIL E CORÉIA DO SUL (1945-2010)**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Economia.

Orientador: Prof. Octávio Augusto Camargo
Conceição

Porto Alegre

2013

FELIPE MATHIA CORREA

**CRESCIMENTO, DESENVOLVIMENTO E PROGRESSO EM PERSPECTIVA
HISTÓRICA: COMPARAÇÃO ENTRE AS TRAJETÓRIAS EVOLUTIVAS DE
BRASIL E CORÉIA DO SUL (1945-2010)**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Economia.

Aprovada em: Porto Alegre, ____ de _____ de 2013.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Octávio Augusto Camargo Conceição – Orientador

UFRGS

Prof.^a Maria Heloisa Lenz

UFRGS

Prof. Eduardo Augusto Maldonado Filho

UFRGS

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, principalmente minha mãe, Teresa, e minha tia, Anita, por terem acompanhado de perto minha trajetória educacional, me incentivado, financiado e apoiado nos momentos difíceis. Aos amigos que formam a Confraria da Cachoeira, em especial àqueles que participaram da caminhada do conhecimento, como Gabriel Gambá Torelly, Rodrigo Chambo Lima, Matheus Neres, Felipe Boni, Eduardo Profeta Barcellos, Angelo Negro Basso, Rafael J.J. Rodrigues e Pedro Glicose Bittencourt, seja com horas compartilhadas junto aos livros, seja conversando e fazendo análises acerca da realidade e das possibilidades que cercam o universo das ciências humanas. Aos camaradas que estão tocando o projeto Al Capone – Rafael, Andrews, Miguel e Vicente - possibilitando colocar em prática a dinâmica do desenvolvimento segundo a teoria econômica schumpeteriana de inovação. À instituição UFRGS, por me proporcionar a chance de desbravar o mundo (ou parte dele) e conhecer pessoas extraordinárias durante o período de Erasmus. Aos professores Mario Pianta, Marco de Pietri e Herbert Brücker, com os quais tive aula em Bamberg (Alemanha) e Urbino (Itália), durante o intercâmbio cultural. Finalmente, devo agradecimentos ao professor Conceição, por ter paciência e, a seu modo, indicar o caminho para o *catch-up* e o aperfeiçoamento intelectual dentro da ciência econômica. Enfim, a todos aqueles que me ajudaram e seguem ajudando a compreender de maneira mais virtuosa e divertida possível a trajetória histórica da moderna civilização capitalista.

“To prepare for the future one must understand the past”

“Se há um domínio onde as barreiras a superar são particularmente resistentes, tal domínio é precisamente o da ciência econômica, dominada como está por uma pesada tradição paradigmática e analítica, que constitui ao mesmo tempo sua força e sua fraqueza.”

Albert O. Hirschman

“O tempo relacionado à mudança econômica e societária é a dimensão na qual o processo de aprendizado dos seres humanos produz a forma como as instituições evoluem.”

Duglass North

“Now you get what you want,

Do you want more!?

You think is the end,

But it's just the beginning”

Robert Nesta Marley

“All change is not progress”

R. A. Dixon

RESUMO

Brasil e Coréia são nações que passaram pelo chamado Processo de Industrialização Tardia, ao longo da segunda metade do século XX, como parte da evolução do sistema-mundo capitalista, constituído desde meados do século XVIII, período temporal da história moderna marcado pela expansão dos Estados Nacionais em busca de novos mercados consumidores ao redor do planeta. Em consequência desse movimento, observou-se a formação da dicotomia Centro VS. Periferia, analisada por diversos autores, na qual os países que constituem o primeiro grupo especializam-se na produção de bens manufaturados, com valor agregado em contínua expansão, devido, em grande parte, ao avanço técnico das forças produtivas. Em contraste, o segundo grupo assume posição subordinada nesse cenário, negociando nos mercados internacionais commodities agrícolas e matérias-primas de baixo valor agregado.

Não obstante, a Coréia foi exitosa ao romper com o paradigma de país subdesenvolvido que marcou a situação dos países periféricos ao sistema, principalmente devido aos gastos públicos e privados em tecnologia e capital humano, por meio da consolidação de um Sistema Nacional de Inovação e reformas no Sistema Educacional, visando resultados no longo prazo. Em contrapartida, a evolução da organização social brasileira experimentou momentos de exuberante crescimento econômico e progresso material, mas ainda é uma nação com uma das maiores desigualdade de renda, distribuição de terras e oportunidade entre os indivíduos.

Palavras-chave: Evolução, Instituições, Brasil, Coréia, Desenvolvimento, Tecnologia, Inovação, Educação, Capital Humano.

ABSTRACT

Brazil and Korea are both nations that passed through the so called process of late industrialization, during the second half of the twentieth century, integrating the evolution of the capitalist world system, established since the late eighteen century in Europe. This period of time has been marked as a long wave of territorial expansion from the National States in search of new markets around the globe. As consequence of this movement, we may observe the formation of the dichotomy Center vs. Periphery, analyzed by different authors, in which the nations that formed the first group specialized in producing manufactured goods, with progressive higher aggregate values. In contrast, the second group of countries assumed a subordinate position in this scenario, selling commodities and other raw materials with very low aggregate value.

Nevertheless, Korea was successful in breaking with the paradigm of poverty that marked the periphery, since it used public and private investments in technology and human capital, through the consolidation of a National Innovation System and the reform of the Education System. They assimilated the social, political and economical structures from Japanese and American influence, but did not forget their historical institutional background, marked by the Confucian tradition. The evolution of the Brazilian social organization is much more controversial. Brazil experienced many moments of economic growth and materialist progress, but it still is a country with one of the greatest inequality of income, and more important, of opportunities.

Keywords: Evolution, Institutions, Brazil, Korea, Technology, Innovation, Development, Education, Human Capital.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	10
2	ANÁLISE DOS CONCEITOS.....	15
2.1	CRESCIMENTO.....	16
2.2	DESENVOLVIMENTO.....	22
2.3	PROGRESSO.....	26
3	APRESENTAÇÃO DAS TEORIAS ECONÔMICAS.....	28
3.1	EVOLUÇÃO, AVANÇO TÉCNICO E ECONOMIA.....	28
3.2	O APARATO INSTITUCIONAL COMO DETERMINANTE DA TRAJETÓRIA...32	
3.3	O <i>MAINSTREAM</i> NEOCLÁSSICO E NEOLIBERALISMO.....	37
3.4	SISTEMATIZAÇÃO INSTITUCIONAL-EVOLUCIONÁRIA.....	38
4	ANÁLISE EM PERSPECTIVA HISTÓRICA.....	41
4.1	INDUSTRIALIZAÇÃO NO ORIENTE E NO OCIDENTE.....	41
4.2	OS PAÍSES DE INDUSTRIALIZAÇÃO TARDIA.....	45
4.3	DINÂMICA TECNOLÓGICA E OS SISTEMAS NACIONAIS DE INOVAÇÃO...46	
4.4	A TRAJETÓRIA DE DESENVOLVIMENTO COREANA.....	50
4.5	A “ORDEM” E O “PROGRESSO” DA TRAJETÓRIA BRASILEIRA.....	54
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
	REFERÊNCIAS.....	65

1. INTRODUÇÃO

O objetivo primordial proposto pelo presente trabalho é fazer uma análise da evolução estrutural e institucional ocorrida na Coréia do Sul em comparação com a trajetória brasileira, ao longo da segunda metade do século XX, sob a ótica institucionalista-evolucionária. Será dada atenção especial ao papel crucial representado por dois fatores econômicos: capital humano e inovação tecnológica, considerados essenciais para a trajetória de evolução da civilização capitalista contemporânea e que, do ponto de vista histórico, foram capazes de originar mudanças socioeconômicas qualitativas para a nação coreana, em comparação com o roteiro brasileiro.

Dentro desse contexto, crescimento, desenvolvimento e progresso serão analisados como processos definidos pelo ambiente institucional formado historicamente, sujeitos a especificidades do *locus* onde os mesmos são analisados. Será argumentado que podem existir múltiplas trajetórias para tais processos, e uma simples cópia de um conjunto de políticas de caráter econômico-social adotado por um país (como sustentado pelos defensores do neoliberalismo), não necessariamente trará os mesmos resultados quando utilizado em uma nação com aparato institucional distinto. Infere-se, deste modo, insuficiência metodológica por parte das correntes teóricas da economia ortodoxa em tratar o dualismo crescimento e desenvolvimento, tendo em vista que elas abordam objetivamente apenas o crescimento quantitativo da economia, propondo uma análise de equilíbrio estático da economia e, por conseguinte, da sociedade como um todo.

A crítica de Hodgson (1998) encara exatamente essa generalização demasiada de políticas desenvolvimentistas macroeconômicas uniformes, propostas pelas instituições internacionais, contaminadas pela ideologia neoliberal. Para essas correntes teóricas ortodoxas “o tempo histórico não possui valor analítico, portanto as instituições e as conseqüentes mudanças que essas acarretam na sociedade são desconsideradas”, tidas como dadas em seus postulados. Para compreender de fato o ambiente social em que vivemos, é imprescindível um corpo teórico que envolva aspectos econômicos, políticos e sociológicos, interligados sob uma rede invisível que determina a trajetória da evolução da civilização humana.

Segundo Wallerstein (2011), as instituições fundamentais com que a teoria econômica trabalha são “o Estado, o mercado e o dinheiro”, três pilares inegavelmente nacionais. Assim, seria um erro pensar em uma teoria econômica geral para todas as nações, tendo em vista que essas instituições possuem características diferentes dentre os inúmeros Estados pertencentes

ao sistema-mundo capitalista. À vista disso, as decisões de política econômica devem variar de acordo com o tipo de indústria, setor da economia ou país em particular, devido às especificidades institucionais e os valores sociais inerentes aos diferentes aspectos da organização social.

Ao longo do estudo será feito um exame retrospectivo com o intuito de complementar a análise de autores como Canuto (1994) que, em estudos prévios, realizaram comparações entre os modelos de industrialização, formação dos sistemas de inovação, políticas desenvolvimentistas e a evolução institucional de Brasil e Coréia. Apresentar-se-á, dentro do espaço temporal delineado, as políticas econômicas consideradas cruciais nos níveis macro e micro, bem como as principais transformações político-sociais ocorridas em ambos os países, dentro do contexto histórico internacional. No plano teórico, seguindo a linha defendida por Conceição (2001), será argumentado que somente com a sistematização do aparato teórico institucionalista-evolucionário é possível compreender a divergência ocorrida nas trajetórias de progresso dos países em questão.

Brasil e Coréia são considerados exemplos de nações que, inseridas dentro do contexto do capitalismo histórico contemporâneo, passaram pelo processo de industrialização tardia (Canuto, 1994; Chang, 2004; Furtado, 2008). A estrutura político-econômica dos países aqui considerados difere profundamente de tudo o que puderam experimentar as nações pioneiras do capitalismo industrial, de modo que as trajetórias de ambos os países não poderiam passar pelas mesmas etapas, como sugerido pela ortodoxia. Em seus postulados, Hirschman (1961) salienta que “a estrutura do sistema econômico dos países subdesenvolvidos apresenta certos traços específicos que tornam boa parte da análise ortodoxa inoperante e enganosa”. Depreende-se daí a existência de vasto espaço para abordagens alternativas que consideram a evolução de cada comunidade como um processo único, com características próprias, no qual a imposição de políticas públicas deve levar em consideração a noção de *especificidade cultural e institucional*. Generalizações demasiadamente simplistas com relação ao comportamento humano e evolução das sociedades podem levar a decisões políticas com efeitos nefastos e retrógrados, cultivando-se um ciclo vicioso.

Após o período histórico marcado por grande instabilidade política, econômica e social, tendo como desfecho a Segunda Guerra Mundial, observava-se um cenário na qual as condições de vida da população e o estágio evolutivo das forças produtivas de Brasil e Coréia demonstravam semelhança em muitos aspectos (Amsden, 1989). As estruturas produtivas

caracterizavam-se pela predominância do setor agrário na formação da renda nacional, o crescimento econômico era lento e o acesso aos mercados internacionais de bens e serviços era limitado. No entanto, transcorridas algumas décadas, constata-se ampla diferença em tais parâmetros. O que terá originado o antagonismo das trajetórias evolutivas civilizacionais dessas regiões?

Será argumentado, em consonância com os postulados institucionalistas-evolucionários, que em determinado momento histórico ocorreram mudanças nas respectivas estruturas produtivas e nas instituições internas, apoiadas, sobretudo, na inovação tecnológica e no investimento maciço na preparação do capital humano para operar a máquina capitalista, ocasionando crescimento econômico e desenvolvimento da nação coreana. De acordo com Stiglitz (2002), *“South Korea formulated a growth strategy which increased per capita income eightfold in thirty years, reduced poverty dramatically, achieved universal literacy, and went far in closing the gap in technology between itself and the more advanced countries”*. A ascensão coreana a um patamar “invejável” em poucas décadas culminou com sua aceitação no seleto grupo de países pertencentes à OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

Em contrapartida, observa-se que muitas das vicissitudes arcaicas, paternalistas, burocráticas e conservadoras, descritas por autores como Freyre (1964), Holanda (1968), Furtado (2003) e Cardoso (2004), demonstram-se presentes na sociedade brasileira. Considerada uma das nações com maior potencial do planeta, devido ao vasto território e à miscigenação de inúmeras raças, o desenvolvimento brasileiro rumo ao progresso tarda, em demasia, a consolidar-se. Como sugerido por Hirschman (1961) e autores da CEPAL, a trajetória de industrialização brasileira, diferentemente do ocorrido na Coreia, apoiou-se em relações econômicas caracterizadas pelo caráter de exploração e troca desigual, sintetizadas na dicotomia entre o centro capitalista e a periferia subdesenvolvida. Como resultado da posição historicamente assumida de subordinação política e econômica, o Brasil caracteriza-se como uma das sociedades mais desiguais e paradoxais a existir no mundo contemporâneo.

Apesar de ser possuir uma imensa área geográfica e uma diversidade biológica quase inigualável, devido a séculos de exploração, violência e discriminação, enraizadas entre as diferentes etnias que o povoaram, originou-se uma nação que se encontra em um estágio evolutivo aquém das expectativas, seja de observadores estrangeiros ou nacionais. Constata-se a existência de profundas desigualdades de oportunidades, desrespeito à natureza e aos

direitos básicos dos seres humanos. Comparando-se as diferentes classes, raças e gêneros entre as diversas regiões dessa grande massa continental, constata-se que uma pequena parte da população apropria-se (há séculos) de grande parte das oportunidades geradas pelo contínuo avanço tecnológico, enquanto que parcela não tem acesso a serviços básicos, vivendo de maneira precária nas periferias e favelas das grandes aglomerações urbanas.

A concentração de renda no Brasil apresenta-se, historicamente, como um dos maiores entraves ao desenvolvimento, tendo em vista que apenas uma parcela ínfima da população absorve a riqueza proveniente da terra. O coronelismo, o paternalismo e a corrupção são instituições enraizadas na nação brasileira, essencialmente dependente da atividade agrária. A concentração de renda é, sabidamente, um limitador do mercado consumidor interno, uma vez que impõe obstáculos ao desenvolvimento industrial, concentrado na produção de bens específicos para as classes dominantes. Daí entende-se o surgimento de tensões sociais, violência e insegurança generalizada, principalmente nas grandes cidades.

Apesar da atuação do Estado desenvolvimentista com políticas industrializantes, no Brasil não ocorreu, de maneira geral, a formação de conglomerados privados de capital estritamente nacional para competir com as multinacionais. Pelo contrário, a burguesia industrializante associou-se ao capital estrangeiro, ao mesmo tempo em que boa parte da demanda pelos bens manufaturados era saciada com o aumento do coeficiente de importações, aumentando o montante da dívida externa e acentuando a dependência tecnológica (Cardoso & Faletto, 1973).

Ainda que as trajetórias de desenvolvimento industrial no pós-guerra compartilhem algumas características, em meados das décadas de 1980 e 1990 observou-se considerável divergência entre as respostas dos dois países no contexto macroeconômico, em reação às crises financeiras que irromperam no Leste Asiático e na América Latina. Brasil e Coréia ocupavam posição destacada como países com elevado endividamento junto ao sistema financeiro privado internacional (Canuto, 1994). No primeiro caso, o grande devedor era o setor público, altamente deficitário; no segundo, eram as empresas privadas, que buscavam financiamento junto ao sistema financeiro internacional. Verificou-se que, apesar de situar-se no olho do furacão durante a crise asiática, as respostas macroeconômicas no país asiático não seguiram as instruções sugeridas pelas instituições internacionais e a recuperação concretizou-se rapidamente, com forte expansão industrial, crescente produtividade e aumento do salário real com inflação em patamares consideravelmente baixos. Houve crescentes superávits

comerciais, resultado da política econômica voltada para as exportações, que reduziram a relação dívida/PIB da Coreia e possibilitaram os fluxos de crédito externo retornar à normalidade. O que se observou no Brasil, em contrapartida, foi um baixo crescimento econômico, aceleração inflacionária e instabilidade nos fluxos monetário e financeiro com o exterior, decorrente da falta de confiança nos administradores e garantias do governo. A industrialização tardia brasileira acarretou, como será visto adiante, graves assimetrias estruturais e levou à perpetuação de uma série de problemas de natureza econômica, social e política.

A proposta investigativa a ser realizada pelo trabalho, portanto, será a de evidenciar que a mudança de paradigma tecnológico-estrutural, baseada na atuação tanto das firmas quanto do Estado em inovação tecnológica e no aperfeiçoamento do capital humano, através de investimentos no sistema educacional e na formação de um Sistema Nacional de Inovação bem integrado, pode causar uma ruptura capaz de, no período de uma geração, promover crescimento econômico e impulsionar o desenvolvimento da civilização industrial. Compreendido o arcabouço institucional previamente estabelecido, as decisões políticas podem desviar ou impulsionar a trajetória de evolução, rumo ao caos e à desordem ou à “prosperidade” e ao progresso material.

2. ANÁLISE DOS CONCEITOS

O ponto de partida do presente trabalho será a distinção entre dois conceitos fundamentais para qualquer análise econômica: crescimento econômico e desenvolvimento socioeconômico, doravante desenvolvimento. A literatura ortodoxa, muitas vezes, aceita tais conceitos como análogos e, até mesmo, como termos substituíveis. Como assinala Conceição (2001), “nesses modelos - neoclássicos - não há distinção entre processo de crescimento e desenvolvimento econômico. Ambos os conceitos constituem-se de algo único e indissociável, que culminam em uma trajetória de equilíbrio de longo prazo”. Tal lógica só faz sentido quando a metodologia analítica é estritamente quantitativa, deixando-se de lado aspectos humanos do convívio em sociedade, nos quais os conflitos e incertezas são fatores constituintes do contínuo choque de culturas do mundo globalizado.

Diante disso, desenvolvimento e crescimento devem ser entendidos como “processos em constante mutação, dependentes do contínuo movimento inerente às interações humanas”, onde a inovação tecnológica (física e social) e o investimento em capital humano, por intermédio de instituições responsáveis pela pesquisa científica e pelo ensino, são condicionantes da trajetória de ambos os processos e, conseqüentemente, da evolução da natureza organizacional da civilização humana em seus distintos ecossistemas sociais.

Nelson (2002) entende que a abordagem ortodoxa é incapaz de caracterizar o processo de crescimento econômico desencadeado pela mudança tecnológica, tendo em vista que deve-se levar em consideração a evolução simultânea das chamadas tecnologias físicas e sociais. Segundo o autor, crescimento econômico “envolve a coevolução de tecnologias físicas e sociais: algumas instituições geram condições sobre as quais os avanços tecnológicos podem ocorrer e outras sustentam o desenvolvimento de novas tecnologias fundamentais para a direção do crescimento”.

Historicamente, todos os povos que habitam o planeta experimentaram, de maneira geral, acréscimos no padrão de segurança alimentar, devido ao deslocamento positivo na curva de oferta de alimentos ao longo dos últimos séculos. Concomitantemente, observou-se a gradual elevação da expectativa de vida dos indivíduos, em decorrência do avanço qualitativo nas ciências da saúde e no aperfeiçoamento tecnológico dos aparelhos que auxiliam no combate a enfermidades. Não obstante, a velocidade atingida pelos meios de transporte e comunicação vem permitindo um volume de trocas de experiências culturais e conhecimento quase infinito. A disseminação do corpo científico de filosofias com raízes ancestrais de

diversas partes do globo permite que os agentes, por si só, decidam o caminho “correto” a tomar, sem depender da imposição por parte do Estado, promovendo a diversidade cultural ilimitada.

Observa-se, no entanto, que o mesmo motor que proporcionou o maior salto qualitativo da história da humanidade, ao expandir de maneira exponencial o universo de possibilidades e facilitar a vida de um indivíduo médio, gerou distorções e distanciamento entre as peças que compõem a engrenagem social. O surgimento de doenças psíquicas e sócio-psicológicas do mundo moderno é indissociável do ambiente institucional formado pelo modo de produção da moderna civilização capitalista. Assim, a evolução da máquina capitalista não necessariamente leva ao progresso, tendo em vista que *“progress is not inevitable. We are struggling for it. And the form the struggle is taking is not that of socialism versus capitalism, but that of a transition to a relatively classless society versus a transition to some new class-based mode of production, different from historical capitalism but not necessarily better.”* (Wallerstein, 1983).

2.1. CRESCIMENTO ECONÔMICO

O termo crescimento econômico é geralmente compreendido como uma medida quantitativa com trajetória ascendente de longo prazo, sujeito a oscilações periódicas de curto e médio, podendo ser analisado através de distintas óticas: produção, renda, consumo ou estoque capital, variáveis passíveis de comparação no plano espaço-temporal. A título de exemplo: um Estado que apresenta uma produção total de bens dentro de suas fronteiras em quantidade x no ano t e cresce a taxas anuais de 10% (como a China ao longo da primeira década dos anos 2000) certamente tornar-se-á mais rico do que outra nação com produto total semelhante a x em t , mas que cresce continuamente a taxas de 3% ao ano, caso essa diferença permaneça por período considerável.

No entanto, é imprescindível observar o destino tomado por essa “riqueza” criada anualmente ou, mais especificamente, quais indivíduos beneficiam-se do usufruto da contínua expansão produtiva ao longo do tempo. Por vezes, o crescimento econômico pode estar concentrado em apenas um setor específico da economia ou, até mesmo, os frutos do acúmulo de capital proveniente dos excedentes podem ser absorvidos pela camada mais rica da

sociedade, originando, como consequência, aumento das disparidades entre os Estados e entre as diferentes classes sociais que habitam um mesmo território nacional. Marx, Wallerstein, Arrighi e outros autores, ao analisarem o capitalismo como sistema histórico, analisam a tendência das camadas mais baixas da pirâmide social a distanciar-se cada vez mais do vértice e, por vezes, deteriorar a situação de penúria quando comparados com seus antepassados.

O PIB per capita é globalmente aceito como um indicador que mede a opulência de uma nação. Apesar disso, quando analisado isoladamente, ele é insuficiente para medir de maneira consistente o bem-estar da população como um todo. Bauman (2004) sustenta que “a suposta chave para a felicidade de todos, e assim o propósito declarado da política, é o crescimento do produto nacional bruto (PNB). E o PNB é medido pela quantidade de dinheiro gasta por todo mundo em conjunto”. Além disso, “a maneira aceita de calcular o PNB e seu crescimento, e mais particularmente o fetiche construído pela política atual em torno dos resultados desse cálculo, baseia-se num pressuposto que não foi testado e cuja exposição é rara – embora seja amplamente contestado quando quer que isso aconteça: que a soma total da felicidade humana cresce conforme uma quantidade maior de dinheiro troca de mãos.” O autor credita a esse modelo de crescimento baseado no PIB o fator “que monopoliza a maneira como os habitantes da líquida, consumista e individualizada sociedade moderna pensam sobre bem-estar ou sobre uma boa sociedade”.

Depreende-se do trecho acima que a pauta crescimento econômico predomina como grande prioridade marqueteira das campanhas políticas, e durante o mandato da maioria dos chefes de governo é visto como o grande balizador da boa governança, deixando-se, em segundo plano, aspectos mais relevantes para os seres humanos no longo prazo: desigualdade de oportunidades entre os indivíduos e interação destrutiva das tecnologias do sistema produtivo contemporâneo com o meio ambiente. O aumento quantitativo do PIB sendo visto como atestado de boa conduta governamental conduz à explicação do motivo pelo qual aqueles governantes que conseguirem manter uma taxa elevada e sustentada de crescimento econômico nacional tendem a reeleger-se com maior facilidade (Cardoso, 2006), jogando-se para baixo do tapete aspectos mais fundamentais para a preservação do Ecosistema Social do que simplesmente o aumento da oferta de produtos e a opulência superficial de uma nação.

Historicamente, a velocidade da taxa de crescimento econômico manteve-se relativamente estável ao longo dos séculos, desde as primeiras organizações civilizacionais humanas, até o final do período histórico marcado pelo feudalismo na Europa ocidental

(Wallerstein, 2011). O aumento de produtividade sempre fora marginal, devido, em grande parte, ao lento progresso técnico das forças produtivas que, por sua vez, limitava a oferta de alimentos e, conseqüentemente, o aumento populacional e o produto. No entanto, a ocorrência de dois eventos modificou esse cenário: a revolução industrial e o movimento intelectual iluminista. A adoção gradual da ética burguesa como ideologia predominante entre a população, resultado da vitória obtida com a Revolução Francesa, e a concomitante disseminação de produtos manufaturados pela nascente indústria desenvolvida no Império Britânico, foram capazes de romper com o paradigma do crescimento, alterando o modo de produção e a organização social dos seres humanos, primeiramente no âmbito local e, posteriormente, em escala mundial.

Inicialmente, observou-se a migração dos camponeses que, expulsos das terras comuns formadas durante o período feudal, buscavam refúgio e oportunidades nas nascentes aglomerações de população urbana. Assim, as cidades retomavam o posto de centralização de poder e riqueza, herdadas do período Antigo, status que havia sido modificado após a queda do Império Romano, quando houve uma descentralização política generalizada no continente europeu (Wallerstein, 2011). Em sua grande maioria essas concentrações populacionais ocorreram em localidades onde historicamente organizavam-se feiras e entrepostos comerciais de maior relevância. Gradativamente, com a associação dos comerciantes com os nobres e a igreja formaram-se os exércitos nacionais e as cidades foram isolando-se do mundo exterior, através da construção de muros com o intuito de proteger seus habitantes da ameaça de povos estrangeiros. A formação dos burgos cercados está intimamente ligada à sensação de proteção contra a insegurança gerada nas grandes metrópoles contemporâneas, onde se pode observar a tendência à padronização do modo de habitação: condomínios fechados designados a indivíduos pertencentes, na maioria das vezes, à mesma classe social, com o intuito de excluir e segregar os concidadãos “inferiores”.

As corporações de ofício e a nascente indústria absorviam a massa de indivíduos desprovidos de meios de subsistência, que possuíam apenas a força do trabalho como meio para sustentar-se. Uma vez inseridos nessa nova organização do *modus operandi* da civilização ocidental, a massa de trabalhadores provenientes do campo, as populações indígenas e os antigos escravos possuem apenas a mão de obra para ofertar às manufaturas, produzindo objetos que não os pertencem, através da permuta de horas de dedicação e esforço por uma quantia determinada de valor, paga pelo proprietário das ferramentas e dos produtos

resultantes do trabalho. Tal remuneração equivalia a certo valor a ser trocado por outros bens, consumidos pelos trabalhadores e suas famílias. Frequentemente essa quantia fora e, por mais surreal que possa parecer, em algumas localidades ainda é, uma quantia mínima, suficiente apenas para a sobrevivência e reprodução da classe trabalhadora. Marx e Engels, ainda no século XIX, alertavam para a necessidade de união e revolta da classe operária contra a forma tomada por esse sistema, uma vez que são os operários os mais afetados diretamente por essa forma de evolução do sistema produtivo.

O desenvolvimento das forças produtivas faz com que o exército de trabalhadores que sustenta a engrenagem do sistema capitalista moderno acaba, inevitavelmente, trabalhando para organizações industriais que produzem bens não duráveis em escala padronizada, produtos que possuem “validade” pré-determinada no momento em que são adquiridos pelos consumidores. É do interesse dos produtores, portanto, seguir a lógica do sistema e ofertar instrumentos frágeis, que serão substituídos por modelos novos, diferenciados em certos aspectos de seus antecessores, tornando obsoleto o que pouco tempo antes era novidade, sob a máscara do crescimento econômico. O processo de rotação incessante de mercadorias ocorre com velocidade cada vez mais espantosa como no caso em que “automóveis, computadores ou telefones celulares perfeitamente usáveis, em bom estado e em condições de funcionamento satisfatórias são considerados como um monte de lixo no instante em que novas e aperfeiçoadas versões aparecem nas lojas e se tornam o assunto do momento” (Bauman, 2004).

Devido ao status propagandeado pelos maciços investimentos em marketing corporativo, as classes favorecidas almejam ter acesso à tecnologia do momento, o produto situado na fronteira tecnológica, dedicando grande parte de seu tempo e esforço na busca pela aquisição de bens e serviços que os diferencia do restante dos mortais. O consumismo desenfreado é aplaudido e disseminado pelo setor corporativo, que injeta montantes cada vez maiores de suas receitas em setores de pesquisa e desenvolvimento (R&D), propaganda e marketing, considerados essenciais para manter esse círculo vicioso de consumo e alienação em funcionamento. A busca incessante por maiores lucros por parte dos conglomerados industriais opera, deste modo, como mola propulsora para a expansão da produção, proporcionando aumento da riqueza material da civilização capitalista.

Verifica-se, contudo, que o rompimento do paradigma estrutural-tecnológico ocorrido com a Revolução Industrial foi benéfico apenas para uma parcela da humanidade, que se

beneficia do potencial acesso a uma vasta gama de bens materiais que alimentam as fontes do crescimento econômico. Em contraste, ainda existe uma parte considerável da população mundial que não possui acesso a condições mínimas necessárias para o ser humano desenvolver-se plenamente. Regiões localizadas na América Latina, na África (principalmente na região subsaariana), no Leste Asiático e países em constante conflito na Europa e Oriente Médio, evidenciam milhões de seres humanos que vivem em situações constrangedoras e inaceitáveis para o momento histórico pelo qual atravessa a humanidade. Com volumes cada vez maiores de capital destinado a setores produtivos e especulativos que objetivam o acúmulo de lucros e alimentam a armadilha do crescimento, os governos nacionais aplaudem a agenda de investimentos em *portfolio* e instrumentos de incentivo ao setor privado, como forma de perpetuar o poder econômico e político da classe capitalista como classe dominante, enquanto as camadas mais baixas ficam à sua própria sorte, ambicionando o sonho do acesso aos produtos e oportunidades disponíveis para o topo da pirâmide social.

Não obstante, o atual modelo de produção e divisão do trabalho capitalista funciona com a ocorrência periódica de momentos de instabilidade, quando o crescimento é suplantado por momentos de recessão, podendo variar sua duração entre meses ou, até mesmo, décadas (Schumpeter, 1982). São nesses momentos conturbados para o crescimento que eclodem novas ideias e novas maneiras de repensar as estruturas produtivas e as políticas econômicas. Sabendo-se que em períodos de contração econômica ocorre a destruição de postos de trabalho e a diminuição da produção, os agentes econômicos buscam soluções para alterar essa realidade, aspirando-se a construção de um futuro menos desequilibrado.

O surgimento da doutrina Keynesiana, por exemplo, ocorreu diante da perspectiva negativa pós-crise de 29 e sistematizou (com méritos) o receituário das políticas macroeconômicas de curto prazo, com o objetivo de manter a engrenagem do crescimento econômico em funcionamento. O receituário neoliberal disseminou-se, por sua vez, após o término da chamada “Era Dourada do Capitalismo¹”, quando o centro dinâmico do capitalismo contemporâneo demonstrou-se incapaz de sustentar as taxas de crescimento das décadas anteriores, voltando-se os olhos para os países pertencentes ao terceiro mundo como

¹ Período iniciado com a reconstrução dos países devastados pela Segunda Guerra, por meio de instituições que representavam os interesses americanos para uma economia pós-conflito, com a retórica do livre comércio, livre conversão monetária e desregulamentações dos mercados. Nesse contexto operaram em conjunto a Doutrina Truman, o Plano Marshall e a OTAN. “Os Anos Dourados” de Hobsbawm (2001) terminam com a “ocorrência do súbito salto nos preços da energia, provocado pelo bem-sucedido golpe do cartel de produtores de petróleo (OPEP)”.

possível válvula de escape para a contínua diminuição dos lucros das empresas. Nesse momento histórico observava-se o esgotamento do paradigma estrutural que permitiu a expansão da economia global até o final da década de 1970².

A receita encontrada para a solução da estagnação econômica ocorrida ao longo das décadas de 70 e 80 na Europa e nos Estados Unidos, foi a implementação de políticas econômicas pertencentes à agenda do *Consenso de Washington*. As recomendações direcionadas pelo FMI e Banco Mundial aos governos dos países periféricos funcionaram como ferramentas de expansão da influência econômica, cultural e ideológica norte-americana nos países localizados em regiões que estavam passando por processos revolucionários ou de ampla mudança social. A reação da potência hegemônica ocorreu de maneira análoga à promovida na Europa e no Japão no período pós-guerra: para manter as taxas de lucro das empresas e, conseqüentemente, o aumento do produto nacional, os Estados Unidos promoveram investimentos maciços em países que se submeteram ao seu domínio e adotaram as políticas públicas sugeridas pelas instituições econômicas internacionais (Arrighi, 2008). A cúpula diretiva dessas instituições é dominada, desde sua criação em Bretton Woods, por americanos e europeus. É legítimo questionar, dessa maneira, a eficácia das políticas sugeridas por membros que possuem conhecimento limitado ou desconhecem a realidade cultural e institucional dos países que necessitam de auxílio, bem como as contrapartidas para a liberação de verbas, que seguem os interesses das nações pertencentes ao centro hegemônico “desenvolvido”.

A agenda neoliberal deveria, supostamente, gerar maior dinamismo econômico aos países não industrializados, direcionando-os inevitavelmente ao progresso, como os países pertencentes à OCDE supostamente o haviam feito. Chang (2004) é defensor da visão de que os países desenvolvidos adotaram estratégias econômicas de caráter protecionista em diferentes momentos de suas respectivas trajetórias evolutivas: “virtualmente todos os países desenvolvidos usaram ativamente políticas industrial, comercial e tecnológica intervencionistas para promover a indústria nascente no período de *catch-up*. Na frente comercial, os subsídios e os reembolsos aduaneiros eram usados com frequência para estimular a exportação. O Estado tanto subsidiava a indústria quanto recorria a diversos programas de investimento público, sobretudo em infraestrutura” (Chang, 2004). A adoção da

²² O Brasil, infelizmente, parece não ter percebido o esgotamento do paradigma, tendo em vista que as políticas econômicas e os investimentos atuais seguem um modelo ultrapassado.

ideologia do liberalismo ocorreu, portanto, após longo período de acúmulo constante de conhecimento e riqueza material, quando as nações pioneiras no processo já apresentavam economias com elevado grau de estabilidade e dinamicidade, em um patamar considerado suficiente para sua manutenção e perpetuação. O autor infere que Inglaterra, Alemanha, França e Estados Unidos praticaram estratégias econômicas distintas daquelas defendidas pelas instituições internacionais (controladas por eles) aos países “em desenvolvimento”.

Ao longo do tempo, diversas teorias preocuparam-se em analisar as origens e as forças propulsoras do crescimento econômico. Inúmeras equações e fórmulas foram elaboradas para “solucionar” e ampliar quantitativamente o produto resultante do trabalho humano, quando, na verdade, o foco deveria estar voltado para o próprio ser humano e a sua interação destrutiva ou criadora com o planeta e o meio ambiente que o envolve. Esse processo de mutação evolutiva, iniciado há séculos, deixa definitivamente grande parte da humanidade em posição de alienação, degradação e frustração, ao mesmo tempo em que drena os recursos energéticos escassos, que demoraram milênios para se constituírem na natureza, com o intuito de expandir a capacidade produtiva a todo custo e incentivar a competição frenética pela sobrevivência.

2.2. DESENVOLVIMENTO

Desenvolvimento, por sua vez, é um conceito mais abrangente e complexo do que apenas o crescimento econômico mensurado pelo PIB ou PIB per capita (medida usual utilizada por muitas instituições ao redor do mundo para mensurar o grau de riqueza de uma nação). O termo envolve uma série de questões que extrapolam o âmbito puramente econômico e inserem-se em um contexto no qual inúmeros campos da pesquisa científica são envolvidos. Tem-se dado cada vez mais atenção aos estudos neurocientíficos na busca pela compreensão de padrões de comportamento e decisões, individuais e coletivos, que permeiam a vida em sociedade. A retomada dos estudos feitos por Veblen em *Why is Economics not an Evolutionary Science*, Bergson em *Matéria e Memória*, Gilles Deleuze em *O Bergsonismo* e Paul Ricouer em *A Memória, a História e o Esquecimento*, concomitantemente com a aproximação das teorias darwinianas da linha de pesquisa das ciências humanas, sem esquecer as diversas filosofias orientais, são demonstrações sobre a necessidade de seguir explorando e

expandindo filosoficamente o conceito.

Nesse sentido, desenvolvimento está intimamente ligado à concepção de progresso, aos conceitos de liberdade e de oportunidade, ao bem-estar generalizado da humanidade, não apenas de uma minoria favorecida da população mundial, consumidora de uma gama infinita de bens materiais, mas da possibilidade de acesso a bens e serviços essenciais para indivíduos que habitam em regiões periféricas do planeta possam desenvolver plenamente suas capacidades individuais e coletivas.

Schumpeter (1982) argumenta que “devido à dependência fundamental do aspecto econômico das coisas, em relação a tudo o mais, não é possível explicar a mudança econômica somente pelas condições econômicas prévias”. Pode-se deduzir daí, que o processo de desenvolvimento econômico insere-se em um contexto de mudança histórica e não se constitui em um movimento circular, muito menos em movimento pendular em torno de um centro de equilíbrio, como proposto pela ortodoxia. “Entende-se por desenvolvimento as mudanças da vida econômica que não lhe forem impostas de fora, mas que surjam de dentro, por sua iniciativa própria. É uma mudança espontânea e descontínua nos canais de fluxo, a perturbação do equilíbrio, que altera e desloca para sempre o estado previamente existente”.

Seguindo a linha de raciocínio aplicada pelo autor, depreende-se que o desenvolvimento é resultado da iniciativa dos indivíduos com espírito empreendedor, dispostos a aceitarem riscos em busca de novas alternativas. Destaca-se, também, o papel do crédito fornecido pelo banqueiro – considerado o agente éforo da economia de trocas - para a realização dessas inovações, ao se colocarem entre os que desejam formar novas combinações, porém não possuem os meios para tal, e os possuidores de riqueza acumulada que optam por emprestar parte dela em troca do recebimento de juros.

Sen (2009), por sua vez, apresenta o conceito de desenvolvimento como intimamente ligado à noção de liberdade e oportunidades dos indivíduos, voltando sua atenção a questões mais básicas do ser humano, como acesso a serviços essenciais como saneamento, saúde e educação. Ele recorda que, apesar de a humanidade ter atingido um patamar excepcional de riqueza material e acúmulo de experiências nunca antes imaginadas, ainda existem milhões de seres humanos que protagonizam cenas inaceitáveis em busca da sobrevivência. A pobreza é vista como privação das capacidades dos seres humanos e não apenas a falta de recursos financeiros; a baixa renda dos países africanos e latino-americanos é apenas um aspecto da

pobreza. De acordo com o autor, a democracia como sistema político é uma instituição facilitadora do processo de desenvolvimento, tendo em vista que, em sistemas de caráter autoritário, a supressão da oposição e dos críticos é factível e “aceitável”, na qual os incentivos para administrar uma nação rumo ao bem-estar generalizado são maiores em decorrência da pressão exercida pelas camadas descontentes com a atuação do Estado. Não obstante, a liberdade é vista como um meio ao desenvolvimento humano, não o seu fim, motive pelo qual objetiva-se uma sociedade com direitos iguais *de facto* para homens e mulheres, entre negros e brancos; enfim, onde os seres humanos sintam-se mais completos e aptos a explorar seu potencial individual e coletivo, dentro de determinado ecossistema social. A crescente alienação dos indivíduos, preocupados quase que estritamente com o trabalho, a riqueza material e a obediência às regras do aparato jurídico, impostas pela evolução da civilização material, é a antítese do desenvolvimento pleno do potencial humano.

Assim, Meszaros (2007) defende a posição de que o investimento em capital humano pode ser considerado o método mais eficiente capaz de promover o surgimento de novos pensamentos e ideias que irão desafiar o paradigma corrente, ao gerar soluções específicas que servirão para determinado contexto institucional, tornando-se, desse modo, um dos motores propulsores do desenvolvimento. A qualidade da formação intelectual dos indivíduos deveria ser a variável de valor fundamental para a civilização humana sustentar-se e reproduzir-se em equilíbrio com o planeta e todos os seres que o habitam. Wallerstein (1983) é outro que alerta sobre a importância de um sistema educacional bem gerido, eficiente, capaz de proporcionar o aperfeiçoamento individual contínuo: *“formal education offers literacy, numeracy, empirical knowledge and analytic skills which permit its recipients to transcend their parochial limitations and share some universalist awareness of human potential in general and their own in particular”*.

Gary Becker, durante a década de 1960, foi pioneiro ao considerar a educação e a formação intelectual como investimentos em capital humano, realizados conscientemente por indivíduos racionais com o objetivo de aumentar sua eficiência produtiva e sua renda. Apesar dos elevados custos de oportunidade – tempo de treinamento –, a elevação qualitativa do sistema educacional evidencia e amplifica a capacidade individual e contribui para o desenvolvimento da nação (Michelon & Miltons, *apud* Bauman, 2004).

Em contrapartida, a base da proposição ortodoxa acerca do conceito de desenvolvimento, apresentada por Hirschman (1986), sintetiza a ciência econômica como

“composta por certo número de teoremas simples, porém poderosos e universalmente válidos, o que faz com que exista apenas uma única ciência econômica”. A síntese da proposição ortodoxa baseia-se, segundo o autor, em um conjunto de escolhas individuais e coletivas, supostamente racionais, construídas sob a ideia de economia e, por conseguinte, de relações sociais que avançam rumo a uma situação de equilíbrio estático (*steady state*). Tais teorias possuem uma visão ahistórica do mundo, ao desconsiderarem os inúmeros *backgrounds* histórico-institucionais específicos, que vem sendo formado de maneira distinta entre os múltiplos planos de espaço-tempo. Os diversos povos que habitam o planeta atravessaram diferentes trajetórias evolutivas, resultado de possibilidades quase infinitas de combinações, que determinam, conseqüentemente, o estágio atual de desenvolvimento das nações. Nesse sentido, compreende-se a existência de características comuns às mais longínquas localidades do planeta, bem como divergências inesperadas em regiões que apresentam influência semelhante.

As principais teorias neomarxistas do desenvolvimento apoiam-se “nas relações econômicas entre o centro capitalista e a periferia subdesenvolvida, caracterizando-se pelo caráter de exploração e troca desigual” quando as trocas de mercadorias possuem valores agregados consideravelmente distintos. Essa diferença entre valores pode ser representada como horas de trabalho necessárias à sua realização. Compreende-se daí, a problemática das nações que dependem da exportação de commodities agrícolas para os inerentemente instáveis mercados internacionais, ao mesmo tempo em que elas absorvem produtos manufaturados com alta quantidade de inovação tecnológica e expertise embutida no valor final do produto.

Como as estruturas político-econômicas dos países da periferia diferem profundamente de tudo o que puderam experimentar os países do centro, o desenvolvimento deles não poderia passar pelas mesmas etapas. Pode-se afirmar, portanto, que a existência de múltiplas trajetórias de desenvolvimento, como sugere Gerschenkron, não só é possível, mas também recomendada: “para ter-se acesso ao desenvolvimento podem existir mais de um caminho, e é verossímil que todo país que decide se industrializar determine por si mesmo a política, a ordem de prioridades e a ideologia que lhe parecem mais adequadas a esse fim”.

2.3. PROGRESSO

A dimensão do progresso na moderna sociedade capitalista é medida através da expansão do consumo material ou, em outras palavras, das satisfações materiais dos seres humanos, hoje em dia situado em um nível nunca antes experimentado. Progresso pode ser entendido como um processo retilíneo, através dos postulados propagados pelo *mainstream* científico-intelectual, e da maneira como vindo sendo difundido pelas instituições que controlam a comunicação social e detém o “poder do saber” contemporâneo. Objetiva-se a transformação do capital humano na forma de mão de obra treinada para abastecer o exército industrial, através de constante inovação e acréscimo de complexidade nos bens produzidos. Assim, na definição proposta por Hamilton (1991), o capital é visto como “*produced means for further production*” e o progresso “*held to be the result of increasing these produced means*”. O progresso da civilização capitalista funciona, conforme Nelson (1990), através da operação de um sistema econômico baseado na concepção schumpeteriana de destruição criadora, no qual “o setor de P&D industrial é o coração da máquina capitalista: o esforço inventivo de cientistas e engenheiros de formação universitária trabalhando em locais específicos pertencentes a empresas privadas e direcionadas para o avanço de seus produtos e de suas tecnologias e processos”.

Segundo Bauman (2004), o progresso como vem ocorrendo ao longo dos últimos séculos tem originado “incapacitação, desmantelamento e aniquilação final de certo número de formas e meios de os indivíduos ganharem a vida – modos de subsistência que não podiam nem iriam ajustar-se a padrões de produtividade e rentabilidade em constante elevação”. O sistema educacional moderno, inovação social criada pela burguesia, distingue e demarca as etapas temporais da trajetória de vida de um indivíduo: nascimento, infância, adolescência, maturidade, velhice e morte, reiterando a noção de processo de evolução pessoal e coletiva retilíneos em torno de um equilíbrio estático.

A degradação do meio ambiente surge como uma das consequências mais avassaladoras e destrutivas da trajetória de evolução da civilização capitalista baseado no consumo material e no lucro. É notório o desequilíbrio da espécie humana com a natureza da qual ele pertence e é fruto: desmatamento florestal, desertificação de savanas, acidentes Nucleares (Chernobyl em 1986 e Fukushima em 2011), acelerado derretimento das calotas polares, extinção de espécies, áreas sujeitas a inundações. Não obstante, os desperdícios do capitalismo trazem à tona a necessidade histórica do manejo do lixo humano, na qual “amplas partes do globo se

transformaram em aterros sanitários para onde são enviados os excedentes da humanidade. O lixo humano produzido nos setores do planeta em processo de modernização podia ser transportado para ser tratado e descontaminado, afastando, assim, o perigo de autocombustão e explosão” (Bauman, 2004).

Pode-se concluir, destarte, que a trajetória evolutiva do progresso não deve corresponder à expansão material da sociedade de consumo, na qual os padrões de riqueza da sociedade são medidos através da quantidade de bens consumidos e de capital acumulado, mas sim no conceito de progresso empregado por Wallerstein (1983), onde exista uma “civilização sem distinção de classes sociais, na qual todos os indivíduos possuem os mesmos direitos, liberdades e oportunidades” a fim de evitar a ocorrência frequente de situações danosas aos seres humanos: a migração, forçada ou voluntaria, a guerra civil, banditismo e extrema pobreza.

Tomando-se o crescimento econômico, o desenvolvimento e o progresso da civilização capitalista como estágios evolucionários, possuidores de notável poder em promover o avanço dos potenciais de uma espécie (humana) ou de uma tecnologia, observa-se a possibilidade de existência de múltiplas trajetórias com caminhos descontínuos e imprevisíveis. A civilização capitalista não apenas tem sido um sucesso, acima de tudo ela é sedutora, seduzindo até mesmo seus críticos, oponentes e vítimas, porém retrocessos podem e devem ocorrer: talvez seja necessário um momento histórico de maior simplicidade, contato com a natureza e observação dos fenômenos, como nos primórdios da civilização humanoide, com a diferença que hoje está disponível uma quantidade quase infinita de informação, conhecimento e possibilidades tecnológicas que, inegavelmente, facilitam a vida dos seres humanos, mas não necessariamente aumentam o bem estar em termos qualitativos.

3. APRESENTAÇÃO DAS TEORIAS ECONÔMICAS

Nesta seção serão analisadas as correntes teóricas da ciência econômica, consideradas mais relevantes para o presente estudo. Como citado anteriormente, a análise da divergência socioeconômica entre Brasil e Coréia do Sul, ocorrida ao longo das últimas décadas do século XX, só pode ser compreendida quando se analisa as diferenças institucionais e a trajetória de evolução das mesmas nos dois países ao longo do tempo.

A retomada dos conceitos institucionalistas e evolucionários de início do século XX, feita por autores como North, Hodgson, Nelson, entre outros, decorre do entendimento que muitos estudiosos compartilham acerca da incapacidade do *mainstream* atual em explicar certos fenômenos que são inerentes aos processos de desenvolvimento, crescimento e avanço tecnológico, que interagem em um ambiente tomado por radical incerteza. Tais processos são de alguma forma fruto da intencionalidade humana, contudo o propósito dos indivíduos (ou governantes) em direção a tal desígnio não garante sua manifestação ou ocorrência, visto que inúmeros outros fatores concorrerem para sua emergência.

As mutações ocorridas nas estruturas produtiva e societária e o processo de evolução institucional de uma nação são, por definição, *path dependent* e não comportam uma única situação de equilíbrio. Segundo Conceição (2001) “os evolucionários têm interesse em tópicos que são próximos aos institucionalistas e não possuem nenhum interesse em contribuir para o paradigma neoclássico”. Ademais, destaca-se a inter-relação entre desenvolvimento, crescimento, inovação tecnológica e aparato institucional, que não podem ser compreendidos isoladamente. Se “para os evolucionários, instituição só tem sentido em um processo evolucionário” as instituições “de hoje quase sempre mostram fortes conexões com as de ontem, e frequentemente com as de um século atrás, ou antes.” Assim, “o ambiente institucional é necessariamente mutável, condicionado cultural e historicamente e sujeito permanentemente a mudanças e rearranjos”.

3.1. EVOLUÇÃO, AVANÇO TECNOLÓGICO E ECONOMIA

A contemplação da inovação tecnológica e evolução técnica da estrutura produtiva como elementos cruciais na constituição da civilização capitalista aparecem já nos escritos de Adam Smith e Karl Marx. Contudo, foi Schumpeter, durante o alvorecer do século XX, o

pioneiro a incluir a noção desses conceitos como fatores centrais para a determinação da trajetória econômica da máquina capitalista, um dos pilares que sustentam a evolução da sociedade contemporânea. Schumpeter (1982) destaca “a ação criadora do empreendedor como o motor do progresso econômico”, ou seja, o fenômeno fundamental do desenvolvimento seria a utilização da criatividade da mente humana para inovar e colocar em prática novas combinações de meios de produção com o objetivo final de criar um novo bem, novo método, desbravar um novo mercado, aplicar nova fonte de matéria-prima e/ou nova organização industrial que promova uma elevação no nível de bem estar da população.

Em um ambiente institucional sujeito a mutações permanentemente, caracterizado pela tensão existente entre os diferentes atores sociais, o papel do empreendedor (*entrepreneur*) ganha destaque. Ele é o agente econômico por excelência, aquele que visualiza uma oportunidade ainda inexplorada por outros, acrescentando algo de novo dentro do sistema econômico nacional ou internacional, transformando os processos e produtos do momento em ultrapassados e obsoletos. Não se pode subestimar, contudo, poder do acaso, presente no seio da teoria do caos sintetizada por Prigogine (2002), o qual alerta para a ocorrência de eventos aleatórios onde “para nós a instabilidade e o caos são o ponto de partida para uma reformulação da dinâmica que inclua probabilidade e instabilidade”.

Não obstante, Schumpeter (1982) não considera os *entrepreneurs* como uma classe social (sob a ótica marxista) distinta das demais, tendo em vista que essa condição é efêmera e, logo após concretizada a ideia inovadora, os indivíduos tornam-se meros administradores, a não ser que sigam aplicando processos inovadores. Depreende-se daí, que qualquer indivíduo, independentemente da origem social, pode se tornar agente modificador da dinâmica econômica, em um universo no qual novas possibilidades continuamente são oferecidas pelo mundo circundante, em particular “descobertas novas são continuamente acrescentadas ao estoque de conhecimento existente.” O autor cunhou o termo “criação destrutiva” para descrever o processo de criação incessante de novos bens e processos que substituirão seus antigos pares. Tal movimento funcionaria como mecanismo de reprodução interna do sistema capitalista: “criar para destruir, em um movimento iniciado pelos produtores capitalistas que induzem a massa de consumidores a desejar novos bens e trocá-los por outros, diferentes em certos aspectos daqueles adquiridos anteriormente, porém com valores de uso muito semelhantes” (Schumpeter, 1982).

Para elucidar objetivamente, eis o exemplo do modo de reprodução de áudio em mídia.

A maneira como escutamos música e os instrumentos utilizados para sua reprodução sofreram mudanças drásticas ao longo dos últimos dois séculos. O surgimento do gramofone (vitrola) ocorreu durante as últimas décadas do século XIX e marca o início da revolução no ramo industrial da música. Inicialmente produzido com zinco na Alemanha, o aparelho foi aperfeiçoado pelos norte-americanos que passaram a utilizar o bronze, a borracha e, finalmente, o termoplástico. Durante décadas, o vinil fora tido como um dos símbolos de modernidade, porém o alcance atingido entre os consumidores demonstrou-se limitado. No entanto, durante o início da década de 1960, uma empresa holandesa apresentou um produto inovador que rapidamente o substituiu como preferência dos consumidores: as fitas K7 e os reprodutores portáteis, mais práticos do que os estáticos toca discos, predominaram entre a população, porém seu ciclo durou pouco. Elas logo se tornaram obsoletas, devido à proeminência dos discos compactos (CDs), criação conjunta de cientistas japoneses e holandeses e que foram disseminados ao longo dos anos 80 e 90. Em período recente, cresce com velocidade geométrica a utilização do formato de mídia musical digital (mp3) e o concomitante aparecimento no mercado de vasta gama de reprodutores eletrônicos, com capacidade de armazenamento de dados em constante expansão.

A massificação de outra inovação tecnológica, a internet, proporciona o acesso a conteúdo praticamente ilimitado de informação e conhecimento. Atualmente, os aparelhos de reprodução de mídia estão conectados *on line* incessantemente e possibilitam o armazenamento de quantidades quase infinitas de dados e funcionalidades, medindo apenas alguns centímetros e pesando poucas gramas³. Não há dúvidas, portanto, que a sequência de inovações em determinado ramo industrial – no caso, a indústria relacionada à música – promoveu uma alteração nos padrões culturais e comportamentais humanos nas mais distantes regiões do planeta.⁴

Em decorrência das alterações progressivas executadas pela indústria da música, ocorreram modificações nas estruturas legislativas que contemplam os direitos autorais de artistas e abordam a questão da falsificação e distribuição ilegal de conteúdo pelos meios cibernéticos. Consequentemente, devido à facilidade com que é possível obter-se dados eletronicamente, observa-se a paulatina alteração no foco dos próprios artistas, que em tempos

³ Dado o atual cenário de evolução tecnológica, não é absurdo afirmar que milímetros separam o indivíduo de uma sessão de terapia musical de alta qualidade.

⁴ Basta observar o comportamento de indivíduos jovens e de meia idade nos meios de transporte públicos nas grandes metrópoles.

atuais dependem mais de shows e outros meios para incrementar sua receita do que a usual venda de produtos físicos relacionados ao próprio artista.

Wallerstein (1983), em contrapartida, considera a inovação tecnológica uma *consequência* do capitalismo histórico e não propriamente o seu motor. Argumenta o autor que “toda inovação busca uma redução dos custos e diminuição da utilização recurso do trabalho humano.” Tal fenômeno surge espontaneamente como resposta a épocas de crise, com o objetivo de dar prosseguimento ao processo de acumulação de capital por parte dos participantes do sistema.

Em décadas recentes, autores como Nelson, Winter, Freeman, Hodgson, Pelaez, Perez, entre outros, têm analisado com maior profundidade a atividade inovadora como fator condicionante do progresso técnico e do desenvolvimento. Os Sistemas Nacionais de Inovação são por eles considerados fundamentais para a ocorrência de mudanças estruturais nas economias e podem ser definidos como “conjunto de instituições públicas e privadas que contribuem nos âmbitos macro e micro para o desenvolvimento e difusão de novas ideias” (Nelson, 1990). A mensuração do desempenho de um Sistema de Inovação é feita, geralmente, levando-se em conta o número de patentes registradas e/ou a proporção dos gastos em pesquisa pelas entidades públicas e privadas em relação ao PIB. As universidades e os centros de pesquisa são as instituições responsáveis pelo avanço da ciência por excelência, geralmente subsidiados pelos governos. Simultaneamente, as empresas fazem da pesquisa aplicada uma maneira de introduzir nos mercados novos produtos e processos diferenciados que trarão retorno financeiro.

Segundo Nelson (1990), a estratégia de inovação adotada pela firma é influenciada por “instituições que constituem incentivos e limites à inovação – leis, políticas governamentais, comportamentos culturais, regras sociais e normas técnicas.” Quando bem articulados, as instituições podem formar uma complexa rede de interação entre ciência, tecnologia, aprendizado e política, perpetuando e, muitas vezes, acentuando a dinâmica de acumulação de conhecimento, através de um círculo virtuoso de desenvolvimento, avanço tecnológico e progresso.

Pelaez (1996), por sua vez, argumenta que a capacidade de inovar e, por conseguinte, a proximidade à fronteira tecnológica, é cumulativa, ou seja, países que possuem instituições favoráveis e um ambiente acadêmico incentivador de pesquisas estão em vantagem e mais próximos de obter futuras inovações. Nesse sentido, a perspectiva histórica do

desenvolvimento das diferentes sociedades ao redor do globo ajuda a explicar o atraso relativo e a subordinação de algumas regiões para com outras.

Ao incorporar o conceito de tecnologia social, Nelson e Winter (1982) destacam o papel da rotina, individual ou coletiva, e consideram-lhes “processos automáticos, como um programa de computador, que funcionam de acordo com determinadas matrizes e reagem de maneira previsível, com limitação na possibilidade de escolhas.” Desse modo, aproximam-se de Hodgson, que analisa o “padrão de hábito e conduta dos indivíduos” e sua interconectividade dentro dos sistemas sociais. Conclui-se, dessa forma, que para desprender-se do que a maioria está fazendo é necessário um esforço na mudança de aspectos microeconômicos em relação ao plano macro na tomada de decisão, através da adoção de uma rotina diferenciada que resultará, inevitavelmente, em uma trajetória distinta no longo prazo.

3.2 O APARATO INSTITUCIONAL COMO DETERMINANTE PARA A TRAJETÓRIA

O significado do conceito *instituição* não possui unanimidade entre as distintas correntes teóricas da ciência econômica, havendo múltiplas conotações para o termo, algumas complementares, outras divergentes. Contudo, todas elas compartilham a ideia de que o ambiente institucional importa e, em última instância, determina a trajetória de crescimento e desenvolvimento dos Estados nacionais (Conceição, 2001). As primeiras considerações sobre a interferência da dimensão institucional no plano econômico podem ser encontradas nos postulados de Adam Smith e Marx, ainda no século XVIII, quando estes introduzem em suas análises, mesmo que implicitamente, o arcabouço institucional como fator determinante para o desempenho econômico e a trajetória social das nações.

A formalização do aparato institucionalista ocorreu somente através de Veblen, em princípios do século XX, no momento em que surge a escola institucionalista americana, também chamada de Velho Institucionalismo. Pelo fato de sua definição de instituição estar muito relacionada aos hábitos, regras e sua evolução, ele acaba aproximando a ciência econômica da biologia. Assim, Veblen pode ser considerado um teórico pós-Darwiniano, com sua visão de natureza humana indicando a existência de movimento evolucionário não apenas no sentido biológico, mas também nas relações sociais, nas quais “instintos, hábitos e instituições exercem, na evolução econômica, papel análogo aos genes na biologia”

(Conceição, 2007), assim a evolução da estrutura social tem sido um processo de seleção natural de instituições. Ao lado de Veblen pode-se adicionar os nomes de Commons e Mitchel, como autores que contribuíram para o desenvolvimento dessa linha analítica mais descritiva, que pensa a economia como “processo de mudança e transformação, na qual a vida do homem em sociedade, assim como a vida de outras espécies, é uma luta pela existência e, conseqüentemente, um processo de seleção adaptativa”.

Frequentemente, as instituições são subdivididas entre restrições formais (regras, leis, constituições, regulamentações e outros mecanismos específicos) e restrições informais (normas de comportamento, convenções, códigos de conduta autoimpostos). A definição do segundo termo torna-se mais problemática pelo fato de que comportamentos e atitudes variam e estão inseridos no plano subjetivo. Não obstante, em casos pontuais elas possuem maior relevância do que as regras formais. Hodgson (1998), ao definir as instituições como “o conjunto de normas, valores e regras, e sua evolução, na qual sua situação presente molda o futuro através de um processo seletivo e coercitivo” elucida a complementaridade da análise institucionalista com os postulados evolucionários.

Outra vertente relevante do pensamento institucionalista encontra suporte nos postulados elaborados por Coase, North e Williamson. A chamada Nova Economia Institucional (NEI) posiciona-se mais próxima ao ideário ortodoxo, ao considerar aspectos microeconômicos como preponderantes em seu corpo teórico ou, mais especificamente, na “organização e operação das empresas, formação de mercados, divisão das atividades entre corporações e mercado e a formação de sistemas de mercado e instituições que formam o sistema de mercado, incluindo também a consideração dos custos de transação e o papel do poder e ideologia na evolução institucional e sistêmica”. Essa escola teórica ocupa-se, primordialmente, da análise dos custos de transações numa “teoria da firma com abordagem não convencional” (Conceição, 2007).

North (2003) considera as instituições como o conjunto de “restrições humanas inventadas que estruturam as interações e comportamento humanos”. O aparato institucional, desta maneira, não pode ser enxergado, sentido, tocado ou medido, sendo “criação coletiva da mente humana”. As instituições existiriam para reduzir a incerteza nas relações sociais; sem elas os seres humanos enfrentariam maiores dificuldades ao se relacionar uns com os outros nas múltiplas dimensões de interação social, não existiria a possibilidade de trocas comerciais e resolução de conflitos de maneira eficiente ou, no melhor dos casos, ela seria reduzida. Em

suma, viveríamos em um mundo anárquico sem padrões de comportamento, sociabilidade e regras. O autor se afasta do pensamento neoclássico quando argumenta que os indivíduos tomam decisões em um ambiente com informação incompleta, na qual o resultado final de determinada ação entre todas as opções possíveis é imprevisível e rodeado por incertezas. Destaca-se, ainda, o papel da ciência cognitiva, no qual “o mundo em que vivemos é puro produto da mente humana. As explicações são construídas dentro de nossa mente, e assim sendo, elas não existem independentes da mente humana” (North, 1994).

Segundo Chang (2002), é inegável a existência de instituições fundamentais para o bom funcionamento da engrenagem que promove o desenvolvimento. As instituições financeiras destacam-se pelo fato de regulamentarem o sistema bancário e supervisionarem as transações de títulos nos mercados de capitais, objetivando a suavização da instabilidade dos mercados quando da ocorrência de ataques especulativos por parte de investidores estrangeiros⁵. A existência de um Banco Central é de vital importância para o bom funcionamento da economia, instituição capaz de exercer múltiplas funções: monopólio da emissão de moeda, poder de intervenção no mercado financeiro para manter a estabilidade e prestador de última instância em situações adversas. Não obstante, salienta-se que as instituições financeiras públicas, quando não geridas de maneira adequada, podem agravar a crise fiscal do Estado, minar a capacidade tributária tornando-se obstáculos ao desenvolvimento nacional e agravando situações de crise. O autor reitera o fato de as instituições que regulamentam a governança empresarial, como a existência das sociedades por responsabilidade limitada (*Joint Stock Companies*), ao socializarem o risco, possibilitam investimentos em maior escala.⁶ Para dar suporte a possíveis decisões irresponsáveis por parte dos comitês que decidem os investimentos a serem realizados pelas firmas, destacam-se as leis de falência, as quais favorecem diferentes agentes econômicos, dependendo do país a ser analisado: devedores (EUA), credores (Inglaterra), trabalhadores (França). Auditoria e transparência de informação sobre a contabilidade das empresas, realizadas através de balancetes e auditoria externa, em conjunto com leis antimonopólio e *antitrust* garantem a funcionalidade dos atos e decisões de grandes conglomerados, que se refletem no conjunto da economia.

⁵ Como ocorrido nas sistemáticas crises ocorridas ao longo dos anos 1990 no leste asiático, no Brasil, na Rússia, no México e na Argentina.

⁶ A criação das Cia. das Índias Orientais configura-se um marco histórico nesse modelo de empreendimento.

Os direitos de propriedade formam outro conjunto de instituições que, ao manterem o ambiente econômico estável, incentiva os indivíduos ao investimento. A garantia da propriedade intelectual por meio de leis de patente, copyright, marca registrada, sinalizam aos investidores que os frutos da pesquisa aplicada em novos processos e produtos proporcionarão retorno financeiro. No entanto, o autor salienta que “a violação de alguns direitos fundamentais de propriedade podem acelerar o processo de desenvolvimento” (Chang, 2002). Os cercamentos na Inglaterra, a reforma agrária no Japão e na Coreia, o desbravamento rumo ao Oeste nos EUA, corroboram a ideia de que “no momento em que um grupo de indivíduos mostra-se capaz de utilizar de maneira mais eficiente propriedades do que seus atuais proprietários é factível que convenha mais à sociedade não proteger o direito de propriedade vigente e criar outro, novo, que transfira o patrimônio àquele grupo.”

Seguindo a mesma linha, Acemoglu (2008) considera que a interação entre as instituições econômicas e políticas no presente moldam tanto o resultado presente quanto o futuro, formando-se uma relação de *path dependence*. A mudança institucional, no plano econômico ou político, por si só não basta para gerar um ciclo virtuoso de desenvolvimento. Elas podem ser adaptadas pela classe detentora do poder de maneira análoga como fora feito por seus antecessores, com pequenas mudanças superficiais, persistindo o *status quo*. O autor cita a influência da colonização britânica nos EUA, ao impor o sistema de *plantation* em determinadas regiões, originou uma classe de mercadores e navegadores, em contraste com o surgimento da agricultura familiar em outros pontos do país, na qual lotes de terra eram distribuídos de maneira mais igualitária entre a população. Verificou-se, com o decorrer dos séculos, divergência considerável entre a sociedade exploradora do sul e os assentamentos menores do Norte, em termos de regras, costumes e valores que, de geração em geração, produziram um ambiente político-econômico mais favorável ao desenvolvimento e o progresso. A comparação também é válida para as colônias das potências ibéricas ao sul do rio Grande em relação à América do Norte, colonizada principalmente por britânicos e franceses. A diferença cultural franco-saxônica com os mouros e latinos ao sul, desde os primórdios da colonização do continente americano pelos europeus, foi de fundamental importância para a divergência ocorrida entre os dois blocos de países. Conclui-se, que diferentes políticas colonizadoras criaram diferentes tipos de instituições: colônias de exploração com o objetivo de transferir o máximo de recursos possíveis para a metrópole proporcionou poucos assentamentos fixos. No outro extremo, houve regiões nas quais os imigrantes se assentaram em grande número e tentaram replicar instituições de sua terra natal.

A maneira como os exploradores estrangeiros interagiam desde a sua chegada às terras recém-descobertas diz muito sobre o provável futuro que acabaria concretizando-se.

Rodrik (2000) segue linha de raciocínio semelhante, ao argumentar que “instituições precisam ser desenvolvidas localmente, através da experiência, conhecimento local e vivência prática. Contudo, algumas instituições para fins específicos podem ser “emprestadas”, visto que poupam recursos e tempo, porém outras devem se formar internamente”. Além disso, “devido a história e a diversidade de países, não há uma única prescrição de instituições que devem ser sugeridos para todas as nações” e “uma economia de mercado não pode simplesmente ser transposta de uma nação para outra, ao menos sem algumas adaptações”. O autor aponta a qualidade das instituições supera todos os outros fatores no nível de renda, mas admite, como Acemoglu, que a geografia exerce efeito indireto nas instituições. .

Sen (1999) postula o papel da democracia como sistema político fundamental para o desenvolvimento, ao proporcionar direitos políticos e aumentar a liberdade instrumental dos indivíduos, favorecendo diálogos políticos e sociais. A democracia funcionaria como uma instituição política que possui “três virtudes essenciais: 1) importância intrínseca de liberdade política; 2) contribuição instrumental aos indivíduos; e 3) papel construtivo na criação de valores e normas”. Em consonância com a teoria do capital humano, centra-se no fato da maneira como um indivíduo aloca seu tempo em várias atividades, no período corrente, afeta sua produtividade nos períodos futuros. A formalização da decisão dos indivíduos em adquirir conhecimento, cuja consequência primeira é propiciar ganhos de produtividade. As possibilidades de diferentes taxas de crescimento entre países divergirão, portanto, conforme o nível de acumulação de capital humano, que pode ser medido através do grau de investimento em educação e na qualidade do ensino e da pesquisa.

Pode-se concluir, portanto, que “o ideário institucionalista desconsidera a noção de equilíbrio, otimalidade e racionalidade substantiva. Qualquer abordagem analítica que se pretenda institucionalista deve incluir *path dependency*, reconhecer o caráter irreversivelmente diferenciado do processo de desenvolvimento econômico e pressupor que o ambiente econômico envolve disputas, antagonismos, conflitos e incerteza” (Conceição, 2011) onde a importância da formação de um adequado ambiente institucional - fruto das intenções humanas, é parte da realidade social e das interações sociais, que envolvem expectativas das pessoas em relação às intenções dos outros indivíduos - é essencial para o

estabelecimento de um sólido, estável, duradouro e relativamente permanente estágio de crescimento econômico, estabilidade macroeconômica, desenvolvimento e progresso.

3.3. O MAINSTREAM NEOCLÁSSICO E O NEOLIBERALISMO

As teorias econômicas neoclássicas possuem, indiscutivelmente, inúmeras virtudes ao simplificar o comportamento humano em decisões racionais que objetivam a maximização da utilidade dos indivíduos isoladamente, através de conceitos provenientes da microeconomia: equilíbrio estático de Walras, teorias da firma, dos preços e dos jogos. Porém, ela não surgiu para explicar o fenômeno do desenvolvimento ou, mais especificamente, como o processo evolutivo da civilização capitalista moderna pode, de fato, tomar diferentes rumos, dependendo das instituições geradas dentro de cada sociedade.

Dentre as principais correntes teóricas que abordam o crescimento econômico como principal objetivo de política econômica pode-se citar os modelos de Solow, Harrod-Domar e Kaldor, que diferem entre si sobre as fontes que originam o crescimento das economias nacionais, porém todos partem de pressupostos universais acerca o funcionamento do sistema econômico: concorrência perfeita e pleno emprego, economias fechadas e sem governo, funções de produção com rendimentos constantes em escala, três fatores de produção (capital, trabalho e terra), entre outros pressupostos que simplificam a realidade.

As teorias econômicas ortodoxas, em sua grande maioria, propõem uma análise estática da economia e, por conseguinte, da sociedade como um todo. Em contraposição aos postulados institucionais e evolucionários, que possuem maior semelhança com a biologia, pode-se afirmar que esses modelos ortodoxos de análise econômica aproximam-se da física newtoniana: “o tempo histórico não possui valor analítico, portanto, as instituições e as consequentes mudanças que essas acarretam na sociedade são desconsideradas, tidas como dadas nos postulados neoclássicos.” Os conceitos de equilíbrio, racionalidade substantiva e otimização sobrepõem-se aos de mudança tecnológica e aspectos demográficos, que são praticamente omitidos de seu modelo. Implícita à sua formulação está a omissão de aspectos institucionais que não são mensuráveis e passíveis de formalização matemática. O crescimento econômico, o desenvolvimento e o avanço técnico ocorrem em consequência da atuação de fatores exógenos ao sistema. Assim, a análise de elementos quantitativos explica a

diferença existente entre as taxas de crescimento entre os diversos países.

O modelo de Solow destaca-se no meio acadêmico ao relacionar poupança, acumulação de capital, crescimento demográfico e, conseqüentemente, expansão do produto (crescimento econômico). A mecânica do modelo econômico constitui-se de um sistema de equações diferenciais, que imitam as principais características do comportamento econômico com uma taxa de crescimento populacional dada e dois tipos de capital, o físico e o humano. Modelos recentes passam a incorporar o desenvolvimento tecnológico endogenamente, no qual “o modelo de Lucas constitui-se na mais expressiva contribuição teórica neoclássica, tendo proposto um modelo alternativo ao de Solow, com ênfase na importância do capital físico, da mudança tecnológica e, principalmente, do capital humano, originando os modelos de crescimento endógeno” Conceição (2001).

O Consenso de Washington, código de conduta do neoliberalismo, representou a adoção na prática de políticas econômicas idênticas a todos os países que passavam por momentos de crise, principalmente entre os anos 1980 e 1990, como foi o caso do leste asiático e da América Latina. Ao desconsiderar a evolução institucional das diferentes regiões do planeta que adotaram tais medidas, as respostas às políticas de liberalização financeira, cambial e aperto monetário, invariavelmente, não aconteceram como o esperado, ocorrendo, muitas vezes agravamento nas situações. Chang (2004) considera o livre comércio uma falácia de retórica neoliberal, acusando a classe detentora do poder de “derrubar a escada” por intermédio de uma série de truques criados ao longo do desenvolvimento capitalista pelos países ricos, a fim de proteger seus mercados de forma escancarada ou disfarçada, enquanto pregam a abertura total para seus concorrentes. Segundo o autor, os Estados Unidos, grandes defensores das zonas de livre comércio, são os maiores praticantes de política industrial e protecionismo no cenário internacional.

Muitos defensores do *status quo* não negam a existência das desigualdades. Argumentam, no entanto, que ela está diminuindo sucessivamente em termos relativos e, caso as políticas públicas recomendadas pelas instituições internacionais forem “utilizadas corretamente”, os países periféricos inevitavelmente trilharão o mesmo caminho percorrido pelo centro. Utilizando-se da mesma lógica, os estratos mais baixos da pirâmide social, dentro de determinada sociedade, deveriam viver em um patamar qualitativamente superior ao de seus antecessores. Observa-se, contudo, que os fatos históricos demonstram o agravamento da penúria dos menos favorecidos em relação à classe dominante, seja em nível global, seja no

âmbito interno de uma nação.

3.4. SISTEMATIZAÇÃO INSTITUCIONAL-EVOLUCIONÁRIA

A linha teórica proposta por Conceição (2008) salienta o fato de que as correntes teóricas evolucionárias e institucionalistas da economia agregam-se em muitos aspectos, ao sustentar que “a estrutura analítica das teorias institucionalista e evolucionária apontam para uma convergência, na medida em que visualizam a necessidade de rompimento com o paradigma neoclássico, na busca pela compreensão dos fatores que acentuam ou travam o desenvolvimento”. O autor sintetiza as virtudes e complementaridade entre as abordagens evolucionária e institucionalista sobre desenvolvimento, na qual “diferentes conformações históricas e institucionais desenham, nos diversos contextos regionais, os sistemas nacionais de inovação, que distinguem as trajetórias tecnológicas. [...] o pensamento evolucionário inspira-se nas particularidades e, portanto, múltiplas trajetórias nacionais, que independem do equilíbrio de *steady state*, permitindo, assim, a delineação de formas diferenciadas de desenvolvimento econômico”.

Logo, sabendo-se que a síntese institucionalista propõe que as instituições sejam definidas como “conjunto de normas, regras e hábitos que permeiam a vida em sociedade” (North, 1991) e que “as instituições conectam o passado com o presente e o futuro, transformando a história da evolução institucional, na qual a *performance* econômica só pode ser entendida como um processo sequencial” (Hodgson, 1998), ambas as teorias compartilham a ideia de possibilidade de ocorrência de distintas trajetórias de desenvolvimento, considerados ambientes socioeconômicos com arcabouço institucional erguidos sob fundamentação opostas. Para os evolucionários, as instituições não se constituem em unidade central da análise, mas são elementos indissociáveis do processo dinâmico de crescimento e mudança tecnológica. No entanto, deve-se ressaltar que as instituições podem, por vezes, atrapalhar o avanço, se não houver coordenação e estratégias adequadas em relação à orientação do paradigma tecnológico. Não obstante, o conceito de tecnologia social pode ser entendido como análogo ao de instituições, no qual modelos mentais levam à evolução da estrutura civilizacional, contemplando o âmbito econômico, político e social.

A vigência na economia de um processo de mudança e transformação estrutural é estranha ao corpo analítico ortodoxo e fundamental às abordagens supracitadas, uma vez que se constitui em elemento vital à dinâmica do próprio sistema. “A evolução de instituições relevantes para certa tecnologia ou indústria revela uma complexa interação entre ações privadas de firmas em competição, associações industriais, órgãos técnicos, universidades, agências governamentais, aparelho jurídico: A evolução destas instituições em conjunto influencia a natureza e a organização das firmas, explicitando o caráter histórico e diferenciado dos vários padrões de desenvolvimento”.

Segundo Boyer (1993) “a história política e institucional confirma que mudanças estruturais e dinamismo econômico estão intimamente inter-relacionados, havendo momentos em que os desequilíbrios e conflitos são tão agudos que não podem ser acomodados dentro da estrutura institucional preexistente, originando as crises estruturais”. Pode-se afirmar, portanto, que toda mudança de caráter institucional é árdua, tendo em vista que envolve grande parte dos agentes de determinada comunidade. A alteração da lógica das rotinas dos indivíduos pode ser retardada por motivos tais como a dificuldade de assimilação, medo, comodismo, ou conservadorismo e defesa do *status quo*.

4. PERSPECTIVA HISTÓRICA DA TRAJETÓRIA ECONÔMICA

4.1. INDUSTRIALIZAÇÃO NO ORIENTE E NO OCIDENTE

As nações historicamente dominantes da Ásia oriental, Japão e China, tornaram-se Estados nacionais muito antes de seus equivalentes europeus, estando ligados entre si por relações comerciais e diplomáticas milenares (Arrighi, 2008). A manutenção desse sistema foi possibilitada através do entendimento conjunto do aparato institucional, formado pelos princípios, normas e regras que regulamentavam a interação mútua das sociedades envolvidas. O Sistema de Estados Nacionais da Ásia Oriental distinguiu-se pela quase ausência de competição militar interna e expansão geográfica externa. Com exceção das guerras de fronteira da China com seus vizinhos (principalmente as tribos mongóis e russas), as nações pertencentes ao sistema asiático, antes de sua incorporação subordinada ao sistema europeu, viveram em paz quase ininterruptamente entre 1600-1900. As relações tributárias entre a potência hegemônica regional - a corte imperial chinesa - com os Estados vassallos não envolviam cobrança de impostos diretos, ao contrário, os povos subordinados ofereciam instrumentos simbólicos e recebiam em troca outros muito mais valiosos. Fazia-se uso, assim, de uma lógica transacional de mão dupla, que ajudava na formação e consolidação de alianças estratégicas baseadas em valores distintos do universalismo europeu, proporcionando relações mais duradouras e estáveis (Wallerstein, 2011).

De acordo com Arrighi (2008), o comércio entre Oriente e Ocidente era uma fonte de riqueza e de poder muito mais importante para os Estados europeus do que para seus pares asiáticos e, até meados do século XVIII, o maior mercado nacional não estava na Europa, mas na China. No período anterior ao domínio ocidental na região, houve a formação de redes comerciais ultramarinas chinesas nos mares do sul e no oceano Índico e o consequente avanço tecnológico dos instrumentos de navegação e inovações em setores relacionados, através do processo de *spillover*. Porém, em espaço curto de tempo, a marinha britânica viria a tomar a dianteira desse processo, através de sua máquina de guerra capitalista que visava conquistar novos territórios e, por conseguinte, expandir o mercado consumidor potencial para seus produtos manufaturados, provenientes da aplicação de novas técnicas advindas da revolução industrial.

No continente europeu, a evolução do modelo de civilização feudal modificou-se gradativamente desde uma série de mudanças estruturais ocorridas a partir do século XI, culminando com as revoluções industrial e burguesa. Avanços técnicos na agricultura e no

comércio impulsionaram o processo de ruptura do paradigma descentralizado de governo, predominante durante o feudalismo. A difusão de novos instrumentos para a exploração de terras não passíveis de cultivo anteriormente, o aumento da produtividade e a posterior divisão do trabalho, possibilitaram a ocorrência cada vez maior de excedentes, que gradualmente foram sendo comercializados com outras sociedades, abrindo-se espaço para o progressivo aumento populacional e acúmulo de riqueza. À vista desse processo de mutação nas estruturas social, política e econômica, constata-se a crescente importância do comércio com outros povos, e da necessidade de desbravar novos mercados.

Durante o período, houve a formação e consolidação de Cidades-Estados em regiões estratégicas comercialmente. Aglomerações populacionais ao longo do Mediterrâneo, principalmente Gênova e Veneza, estabeleceram-se desde cedo como entrepostos entre as rotas de comércio de longa distância do oriente com o ocidente. Mais ao norte do continente, na região de Flandres (território que hoje corresponde aos Países Baixos, Bélgica e Holanda), funcionavam as maiores feiras, que possibilitavam o intercâmbio de produtos e especiarias provenientes das mais longínquas partes do planeta. Por fim, o tripé do eixo comercial completava-se com os territórios pertencentes à liga Hanseática, em regiões do norte da Alemanha e Dinamarca.

A associação da burguesia comercial emergente com a aristocracia e os reis nessas localidades refletiu-se na formação dos Estados Nacionais modernos, politicamente centralizados que, em seu apogeu, adquiriram a forma de Monarquia Absolutista. Observou-se, durante esse momento histórico, o estreitamento das relações e consolidação de estratégias políticas e econômicas, com a formação de um mercado nacional, o desenvolvimento da indústria e a expansão comercial e territorial. Os governos, através do instrumento da força militar, garantiam o funcionamento de determinadas instituições fundamentais ao desenvolvimento capitalista: propriedade privada, protecionismo à indústria nacional e estímulos as mais variadas formas de investimento especulativo, farejando-se um ambiente com a maior taxa de lucratividade possível. Constate-se, assim, a importância da atuação de um Estado forte, no sentido de possuir legitimidade política e capacidade para impor determinadas leis que incentivam a concorrência entre os capitais: em um ambiente inóspito, marcado pela intensa competição interna e externa entre as diferentes formas tomada pelo capital, sobrevivem os mais fortes e adaptados ao sistema.

O livre-comércio só pôde florescer no final do século XIX graças à legitimação teórica do liberalismo, oposta ao mercantilismo, elaborada por David Ricardo, Adam Smith, David Hume, Stuart Mill e outros beneméritos do iluminismo escocês. Essa ordem liberal mundial, aperfeiçoada por volta de 1870, apoiava-se nas políticas de *laissez-faire*, poucas barreiras ao fluxo internacional de bens, capital e trabalho; estabilidade macroeconômica nacional e internacional garantida pelo padrão-ouro e pelo princípio do equilíbrio orçamentário, graças à relativa estabilidade oferecida pelo Reino Unido, única superpotência hegemônica do período. Entre 1860 e 1880, muitos países europeus aboliram substancialmente a proteção tarifária, ao mesmo tempo, a maior parte do resto do mundo foi obrigada a praticar o livre comércio devido aos tratados resultantes do colonialismo imposto pelos europeus.

Ao analisar-se o cenário econômico internacional em perspectiva histórica, pode-se observar a formação de zonas centrais e periféricas de desenvolvimento do sistema capitalista contemporâneo. O centro constituiu-se pelo conjunto de nações que absorveram mais rapidamente o ideário da revolução ideológica e tecnológica descrita anteriormente, utilizando-se um *mix* de políticas governamentais e empreendimentos privados para a formação e consolidação de parques industriais com o objetivo de suprir, inicialmente, o mercado interno. Como consequência da competição existente entre os diversos capitais em busca de lucro nos mais variados setores das industriais nacionais, observou-se uma expansão dos negócios para outras regiões do planeta, onde as taxas de lucratividade eram mais elevadas, devido à inexistência de concorrência e oferta local de certos produtos.

Assim, configurou-se a dicotomia clássica descrita pela CEPAL, na qual os países que já haviam desenvolvido e consolidado um aparato industrial comercializavam suas manufaturas com as colônias e outras nações dominadas política e economicamente, como alternativa às taxas declinantes de lucros em suas terras de origem. Em contrapartida, os povos subordinados forneciam matérias-primas, alimentos e outras *commodities* de baixo valor agregado para as metrópoles. Naturalmente, o prosseguimento dessa lógica por longo período de tempo, exacerbou a disparidade em termos de acumulação de riqueza, oportunidade de desenvolvimento e problemas na balança de pagamentos da periferia, um dos fatores determinantes para a ocorrência de crises cíclicas no terceiro mundo. Evidentemente, a simples transposição do modelo de desenvolvimento industrial e as instituições que o sustentam não funcionaria da mesma maneira na periferia, que possui estruturas sociais de natureza diversa. De fato, o que ocorreu nos países terceiromundistas, ao longo de toda a

segunda metade do século XX, foi uma sucessão de crises cambiais e financeiras, oriundas principalmente pelo “desnívelamento das balanças de pagamento, instituições fracas e governos corruptos” (Stiglitz, 2002).

Com o término da Segunda Guerra Mundial, a civilização humana encontrava-se à beira do caos. A brutalidade do conflito foi algo nunca antes visto na história da humanidade. Devido à disputa militar, inúmeros países acabaram perdendo grande parte de seus estoques de capital físico e humano. O potencial industrial fora reduzido e, em certos casos, a força de trabalho (população masculina) fora dizimada. Dentro desse contexto de instabilidade político-social, que perdurou durante boa parte da primeira metade do século XX, os Estados Unidos viram sua hegemonia militar, financeira e política no cenário internacional ameaçada pela rápida expansão do bloco de países dominado pela União Soviética, que surgia como potencial rival pela disputa de influência e dominação no cenário global (Hobsbawn, 2006). O resultado líquido dessa fase de ameaças e provocações mútuas foi um sistema internacional relativamente estabilizado, e um acordo tácito entre URSS e EUA. O Muro de Berlin, erguido em 1961, fechou a última fronteira indefinida entre Ocidente e Oriente na Europa. A Doutrina Truman, o Plano Marshall e a OTAN compunham o plano americano para uma economia pós-guerra de livre comércio, livre conversão e livres mercados (Stiglitz, 2002). Não obstante, os acordos firmados em Bretton Woods definiram o rumo da *high finance* e a criação de instituições internacionais com o objetivo de supervisionar e estabilizar os efeitos de uma possível crise internacional.

Durante a Guerra Fria, inúmeras regiões ao redor do planeta foram palco de disputas entre as duas potências pela conquista ideológica de seus governantes e cidadãos. Contudo “na Ásia, as duas superpotências continuaram a competir, por apoio e influência, e por isso a maior zona de atrito entre elas, aquela onde o conflito armado era mais provável, e onde de fato irrompeu” (Hobsbawn, 2012). A Guerra da Coreia (1950-1953) foi uma disputa bélica localizada em um dos “teatros regionais” na qual os americanos se envolveram diretamente, mas os russos não, ao menos não oficialmente. A China, comunista desde 1949, mergulhou imediatamente com o intuito de não perder totalmente a península historicamente estratégica. Houve ameaças de uso de força nuclear, quase com certeza sem intenção de cumpri-la, na tentativa de acelerar as negociações de paz na Coreia. Abalados pela vitória comunista na China, os EUA e seus aliados (disfarçados como ONU) intervieram na Coreia em 1950 para impedir que o regime comunista do Norte daquele país se estendesse ao Sul. Os anos 60 e 70

testemunharam algumas medidas significativas para controlar e limitar as armas nucleares. Além disso, o comércio entre EUA e URSS começou a florescer e as perspectivas pareciam boas. No entanto, o que sucedeu foi uma crise marcada por estagflação nas economias avançadas (baixo crescimento alimentado por alta inflação) e crescimento na periferia, na qual os países em desenvolvimento começam a ocupar parcela cada vez maior de diversos mercados internacionais de produtos industriais. O repentino salto nos preços da energia, provocado pelo bem-sucedido golpe do cartel de produtores de petróleo (OPEP), originou a crise do petróleo, e breiou esse dinamismo. Como consequência desse fenômeno, houve recessão e impactos sobre os países endividados junto ao sistema financeiro internacional. A recuperação rápida por parte das nações asiáticas deveu-se, em grande medida, à manutenção da expansão industrial com elevação da produtividade e salários reais, gerando superávits comerciais que reduziram a dívida absoluta da Coreia. A visão dirigista da economia dominou o cenário político do mundo desenvolvido até a década de 1970 e o dos países em desenvolvimento até o início da de 1980, quando “governos da direita ideológica, comprometidos com uma forma extrema de egoísmo comercial e *laissez-faire*”, cuja representação personificou-se com a dupla Thatcher e Reagan. Desde então, grande parte das políticas intervencionista vem sendo abandonada em todo o mundo, por meio da ascensão do neoliberalismo, nos anos 80, que enfatiza a atuação do Estado mínimo, das políticas do *laissez-faire*, da desregulamentação generalizada do sistema financeiro e da abertura internacional. Com a queda do muro de Berlim, em 1989, terminou o período de “quarenta anos de competição constante entre grandes Estados industriais para fazer amigos e influenciar pessoas distribuindo armas por todo o globo” (Hobsbawn, 2006). Não obstante, constatando-se a importância de economias largamente militarizadas, com a formação de enormes e influentes complexos industrial-militares, observou-se a tendência global sem precedentes de governos militares nos países subdesenvolvidos, o (re)surgimento das guerras civis, de guerrilha e, mais recentemente, o combate ao “terrorismo”.

O capitalismo como sistema social histórico polarizou, entre outras coisas, o acesso ao progresso material, ao avanço tecnológico e à expansão das oportunidades, entre os diferentes Estados Nacionais e entre os indivíduos de uma mesma nação. A alternância do *locus* dessa concentração pode, por vezes, passar a impressão de que o progresso é geral, de que presenciamos tempos de abundância generalizada e que isso está se disseminando por todos os cantos do planeta. Porém, ao observar a realidade de maneira nua e crua, percebe-se que o *gap* permanece e, ao contrário, está acentuando-se em diversas regiões. Segundo Chang

(2004), a camada da população norte-americana representada pelo 1% mais rico controlava, em 1979, cerca de 10% da riqueza nacional; enquanto que em meados dos anos 2000, esse montante subiu para 23%.

4.2 OS PAÍSES DE INDUSTRIALIZAÇÃO TARDIA

O termo industrialização tardia foi utilizado pela primeira vez no final da década de 70 em relatório apresentado pela OCDE e designava nações com níveis médios de renda per capita que vinham apresentando expansão contínua de seus parques indústrias, aumentando a importância desse setor em relação ao conjunto da economia nacional de cada país. O processo de industrialização ocorrido nesses países, desse modo, apresenta certo atraso na dimensão temporal e profundas diferenças quando considerados aspectos institucionais, em comparação ao ocorrido com as nações líderes no processo de desenvolvimento industrial.

Além de Brasil e Coréia, o grupo era originalmente composto por quatro países europeus (Portugal, Espanha, Grécia e a extinta Iugoslávia), México e os demais “tigres asiáticos” (Hong Kong, Cingapura e Taiwan – antiga ilha de Formosa). Após décadas de dominação econômica, esse grupo de países via-se cada vez mais inserido nas correntes internacionais de comércio de bens manufaturados, em um cenário de globalização acelerada decorrente do aperfeiçoamento dos meios de comunicação e diminuição nos custos de transporte ultramarino. O grau de abertura comercial (exportações e importações sobre o produto total) dos países de industrialização tardia localizados na Ásia era maior que seus pares latino-americanos e, de acordo com Hirschman (1986), o subemprego rural e a industrialização tardia são “processos que marcham paralelamente com tensões inflacionárias e dificuldades na balança de pagamentos, cuja persistência põe em causa a eficiência dos remédios tradicionais” propostos pela teórica macroeconômica convencional.

4.2. DINÂMICA TECNOLÓGICA E OS SISTEMAS NACIONAIS DE INOVAÇÃO

As inovações tecnológicas não afetam somente a economia dentro do sistema capitalista, mas toda a sociedade, modificando a realidade econômica e social, dinamizando a

capacidade de acumulação de riqueza e geração de renda, por meio da lógica schumpeteriana: novo processo produtivo (físico), novo produto, conhecimento, habilidades, planejamento, aperfeiçoamento, inventar, quebra de paradigmas, fronteira internacional do conhecimento. Não obstante, o processo de inovação envolve outros agentes econômicos além da firma inovadora: os bancos, que proporcionam o financiamento dos projetos; os centros de pesquisa e universidades que promovem a difusão de novas ideias.

A mudança no paradigma tecnológico ocorrido com o advento da revolução nas telecomunicações e nos transportes originou avanços técnicos que facilitaram as interações humanas à longa distância, ao reduzir o tempo e o custo nas transações, possibilitando a expansão das fronteiras do capital produtivo e especulativo. “O processo de inovação tecnológica nos dias atuais passa a ser um índice de inserção internacional que mede a competitividade enquanto fator determinante da sobrevivência de empresas e, por conseguinte, dos países no cenário global” (Pelaez, 1996). À vista disso, pode-se afirmar que a capacitação tecnológica é cumulativa e que é mais difícil manter a dinâmica de inovação do que conseguir incorporar uma tecnologia de ponta específica, através da imitação.

Os Estados Unidos expandiram sua economia nacional e, conseqüentemente, alcançaram a posição de potência hegemônica em nível global através da combinação de novos meios de transporte (ferrovias e automóveis), aliado ao modelo de produção industrial fordista mecanizado e poupador de mão de obra, baseado na produção em grande escala de produtos padronizados. O período inicial desse processo foi marcado, por um lado, pela instabilidade no emprego e baixo investimento em RH, contudo, na outra ponta, o Estado utilizou políticas protecionistas para promover a indústria nascente e promover o desenvolvimento econômico (Chang, 2004).

Com o decorrer do tempo, as empresas passam a incorporar fatias cada vez maiores do mercado, diminuindo a concorrência interna. Como reflexo, um novo aparato institucional jurídico começa a se formar, baseado em leis antitruste, criadas pelo governo norte-americano. Destaca-se, também, a importância do gasto do governo americano no campo militar, principalmente durante o período da Guerra Fria, tendo em vista que a economia de guerra demonstra-se, historicamente, como um dos motores do desenvolvimento capitalista. Durante a década de 30, gastava-se cerca de 30% do orçamento público em universidades, fundações privadas e órgãos especializados em pesquisa, havendo o estreitamento dos laços entre empresas e universidades. No entanto, a partir dos anos 70, o fluxo de investimentos em P&D

e o padrão de vida dos americanos diminuem progressivamente, gerando dúvidas sobre a saturação desse modelo. A válvula de escape surge nos anos noventa, com a introdução e massificação de produtos com elevada carga tecnológica, atrelados à disseminação da internet, uma inovação tecnológica (física e social) criada pelo governo norte-americano. O *silicon valley* e as empresas de *software* e *hardware* que ali se estabeleceram situam-se na fronteira tecnológica, e constituem-se, desse modo, no novo centro dinâmico da potência hegemônica que, mesmo em notável decadência, tenta de todas as formas a manutenção do *status quo*.

O Japão, por sua vez, ao longo de toda era Meiji, cria um complexo sistema repleto de projetos de infraestrutura voltada para os setores de transporte, comunicação, educação e finanças. A importação de capital humano e físico qualificado, a participação do governo em setores como o naval, aéreo, armamento, siderurgia e telecomunicações, demandando mão de obra qualificada, alimentou a busca pela inovação tecnológica. Assim, a integração entre os processos de P&D, produção e incorporação de tecnologia importada são as bases do Sistema de Inovação japonês. O que surpreende é o fato de os gastos do governo japonês em P&D serem menores do que em outros países líderes como EUA, Alemanha e França, devido ao baixo nível de gastos militares.

Durante a Primeira Guerra Mundial, o Japão começou a produzir internamente alguns dos bens que antes importava, gerando necessidade de mais autonomia em relação à tecnologia e mão de obra ainda mais qualificada para dar prosseguimento ao processo. Consequentemente, o sistema de educação fora reformado a fim de estar coerentemente interligado com a nova realidade. No âmbito microeconômico, os trabalhadores japoneses possuem, em média, maior estabilidade de emprego, fazendo rotação dentro dos diversos setores da mesma firma. A ênfase empresarial é baseada nos departamentos de produção e tecnologia.

A situação da vizinha Coreia é marcada pela necessidade de reconstrução, após os conflitos militares que destruíram grande parte do parque industrial existente na região. A partir dos anos 60, o governo adota políticas desenvolvimentistas, incentivando a formação de conglomerados industriais com o intuito de aproveitar os ganhos em escala, visando o mercado externo. O financiamento dessas instituições privadas ocorre via taxas de juros diferenciadas para o setor exportador e concessão de crédito de fácil acesso, incentivos fiscais e financeiros aos gastos privados em P&D, projetos de pesquisa conjunta entre firmas e o Estado e parques científico-industriais marcaram o surgimento dos *Chaebol*.

Entre as décadas de 1960 e 1970, as estratégias de industrialização foram amplamente baseadas na imitação e engenharia reversa, cópias e clonagens de produtos desenvolvidos nos países mais avançados: falsificações, pirataria, adaptações criativas e, posteriormente, saltos tecnológicos. Ao longo do período foram criados inúmeros institutos e centros de pesquisa aplicada: o Instituto de Ciência e Tecnologia da Coreia (ICTC) foi um mecanismo de apoio ao aprendizado tecnológico nos diversos ramos empresariais; o centro de pós-graduação para pesquisa em ciências aplicadas e engenharia; além de programas que permitiram o constante intercâmbio universitário, principalmente com universidades americanas, alemãs e japonesas, países situados na fronteira do pensamento. O objetivo primordial era assimilar e aperfeiçoar as tecnologias importadas, visto que o investimento pesado nas tecnologias sociais e no capital humano era tido como meio de sobrevivência às mudanças no cenário internacional.

Ao longo dos anos 80 a reorganização da indústria dá-se com uma maior integração vertical e, como consequência, grandes organizações dominam, cada vez mais, os diferentes segmentos de mercado, aumentando seu poderio econômico. Os gastos com educação aumentaram consideravelmente durante o período, tanto por parte do setor público como pelo privado, em todos os níveis escolares. O baixo estoque de investimento externo foi uma das marcas do Sistema de Inovação sul-coreano, bem como a utilização corriqueira da engenharia reversa. A importação de tecnologias americanas e japonesas apresentou um efeito positivo sobre a economia, uma vez que ocorreu um aprendizado tecnológico pelos trabalhadores, altamente qualificados, devido às políticas educacional, tecnológica, científica e industrial promovidas pelo Estado coreano. Nas décadas seguintes, a dinâmica do desenvolvimento tecnológico tornou-se endógena. Segundo Chang (2004), “o Estado financiava a aquisição de tecnologia estrangeira, às vezes por meios legais, como o financiamento de viagens de estudo e treinamento, outras por meios ilegais, entre os quais figuravam o apoio à espionagem industrial, o contrabando de maquinário e o não reconhecimento de patentes estrangeiras. Incentivava-se o desenvolvimento da capacidade tecnológica interna, mediante o apoio financeiro à pesquisa e à educação. Uma vez atingida a fronteira tecnológica, os PADs recorreram a uma série de medidas a fim de ficar na frente de competidores reais ou potenciais. A Grã-Bretanha, por exemplo, tomou providências para impedir a transferência de tecnologia para os concorrentes potenciais e pressionou os países menos desenvolvidos para que abrissem seus mercados, inclusive empregando a força quando necessário.

O Brasil, por sua vez, ao longo da segunda metade do século XX, intensifica o

processo de industrialização baseado, principalmente, na atuação do Estado em diversos setores estratégicos: infraestrutura, petróleo, siderurgias, todos pertencentes à indústria tradicional. A criação de instituições de fomento e pesquisa como o BNDE e o CNPq são engrenagens fundamentais nesse processo, ao financiar os projetos, proporcionando crédito e sustentação acadêmica. Observa-se, portanto, que o Estado brasileiro, além de ser o grande empreendedor, foi o agente que financiou e direcionou a pesquisa científica. Canuto (1994) argumenta que “as estratégias brasileiras voltadas para o desenvolvimento foram marcadas pela debilidade de nossos governantes em criar alternativas para que saíssemos da crise por nós mesmos. A preocupação com a questão tecnológica nunca foi uma premissa do governo brasileiro, no qual o cenário nacional em que a indústria surgiu foi baseado em capital humano desprovido de qualificação, ou seja, foram feitos investimentos em equipamentos e materiais, mas não na qualificação da mão de obra, na melhora da produtividade”.

Apesar de indústrias do setor siderúrgico, celulose e petroquímicos, que se mantinham atualizados em termos tecnológicos e eram competitivos em termos internacionais, é notável a ausência de incentivo fiscal ao desenvolvimento tecnológico em escala nacional. Durante o período de crise dos anos 80, as empresas brasileiras adotaram uma postura defensiva ao invés de financiar o desenvolvimento tecnológico. Com a liberalização da economia nos anos 90 houve uma melhoria na capacitação tecnológica do país, todavia essa melhora foi marginal. Pode-se afirmar, portanto, que a ausência de mão de obra qualificada, dependente de investimentos em RH, e o montante ínfimo de investimentos em P&D, setor chave na inovação industrial, aliado a um cenário de inflação exorbitante, impediram a consolidação de um sistema nacional de inovação, o qual se mostra “extremamente deficitário e problemático, apresentando inclusive fatores como escassez de capital, juros elevados, burocracia intensa, aliada a incessante cultura não inovadora dos empresários brasileiros e mão de obra desqualificada”.

4.3 A TRAJETÓRIA DE DESENVOLVIMENTO COREANA

Desprovida de grandes recursos naturais, cobrindo uma área semelhante ao estado de Santa Catarina e com uma população de cerca de 50 milhões de habitantes, a Coreia foi exitosa ao romper com o paradigma da pobreza agrária de país terceiro-mundista e

proporcionar um elevado nível de prosperidade para a maioria da população, tornando-se parte do centro dinâmico da civilização industrial moderna. Para compreender essa exuberante experiência, é necessário analisar a perspectiva histórica do contexto internacional que se seguiu ao conflito bélico terminado em 1945.

A Coreia (entenda-se a península coreana, que engloba tanto a Coreia do Sul e do Norte, na época, unificadas) era um dos países mais pobres do planeta, com renda *per capita* inferior a US\$100 em 1950.⁷ No entanto, ao longo da segunda metade do século XX, observou-se um ciclo de crescimento econômico - interrompido apenas em dois momentos: choques do petróleo e a crise asiática dos anos 1990 - com expressiva melhora nas condições de vida da população. O exuberante desenvolvimento industrial deveu-se, principalmente, às reformas no sistema educacional, nas finanças e na atividade primária, em conjunto com um prodigioso aprendizado tecnológico, com ativa participação do governo e de entidades privadas nos processos produtivos e de pesquisa.

A formação histórica da Coreia remonta ao Antigo reino de Koryo (918-1393) e à Dinastia Yi (1393-1910), períodos marcados por estabilidade política e social, caracterizados pela grande concentração de terras nas mãos da aristocracia. Disputas de potências pelo território Coreano marcaram a virada do século e demonstravam o interesse expansionista dos Estados vizinhos, como as guerras Chino-Japonesa (1894-1895) e Russo-Japonesa (1904-1905), quando os japoneses invadem a península e iniciam o período colonial da região.

A posição de colônia do império Japonês perdurou no período compreendido entre 1910 e 1945, durante o qual ocorreram mudanças institucionais significativas: modernização do sistema monetário, abolição da escravatura, introdução de leis formais e mudança no sistema de impostos, investimentos em infraestrutura e educação (Amsden, 1989). Em contrapartida, houve a deterioração da situação competitiva coreana, visto que os japoneses privilegiaram de forma excessiva a agricultura em detrimento da indústria, objetivando a replicação do modelo centro-periferia, estabelecido pelos europeus em suas colônias. Tal condição alterou-se apenas no momento em que os norte-americanos começaram sua expansão imperialista após a Segunda Guerra Mundial, momento no qual a nação asiática “tornou-se um Estado semi-soberano, com profunda penetração das estruturas militares norte-americanas, havendo controle operacional das forças armadas sul-coreanas, incapazes de

⁷ Estatística semelhante ao de países africanos, latino-americanos e a Índia, no mesmo período.

manter iniciativas de defesa ou política externa independente” (Arrighi, 1994). A península coreana foi, desta maneira, exemplo da disputa entre dois Estados imperialistas que tentavam impor um arcabouço institucional por eles criado, em detrimento do já existente localmente, com a promessa de maior prosperidade, de que era a decisão correta a ser tomada. O resultado foi um empate técnico, ou seja, a divisão da região em dois países diferentes, a República Popular da Coreia, situada ao Norte, área de influência soviética, e a República Democrática da Coreia, na parte sul da península, coordenada pelos norte-americanos.

Em estudo recente, Acemoglu (2008) compara os dois países e argumenta que a diferença no aparato institucional imposto pela nação dominadora promoveu resultados opostos em termos de desenvolvimento e crescimento. A entrada de recursos externos, provenientes principalmente dos EUA (cerca de US\$ 3,5 bi, entre 1953 e 1973), teve impacto significativo para uma economia com as dimensões da coreana à época. Observou-se, durante o período, o surgimento de uma coalizão norte-americana com o governo japonês para a imposição de uma estrutura legislativa antitruste, devido aos abusos monopolistas dos *Chaebol*, que praticavam *dumping* indiscriminadamente no mercado interno.

Apesar de ter ficado submetida à dominação em diferentes momentos do século XX, diferentemente do Brasil, a nação asiática jamais esteve submetida a um padrão de inserção colonial centro-periferia. Portugal ditou as regras do jogo em nosso país durante séculos, apresentando certa volatilidade na intensidade e proximidade com que administrava o território invadido. Inserida em um arcabouço institucional particular, a Coreia não participou do circuito de trocas que ocorria entre as colônias recém “descobertas” e as metrópoles. Por conseguinte, os coreanos não se inseriram na divisão internacional do trabalho de maneira subordinada, fornecendo produtos agrícolas de baixo valor agregado, como foi o caso da região latino-americana. A história da Coreia, anterior a sua inserção no circuito internacional de trocas, foi marcada pela existência de uma economia agrária de subsistência, apresentando pequeno fluxo de comércio com outras nações.

Com a separação entre Norte-Sul, proveniente da disputa entre as duas potências industriais que disputavam mercados ao redor do planeta, a Coreia perdeu grande parte da sua capacidade de geração de energia, produção de minério de ferro e carvão. Ao final do domínio japonês, apenas 2% da população coreana com idade acima de 14 anos havia completado o Ensino Médio e 78% da população era analfabeta (Amsden, 1989).

A atuação do Estado desenvolvimentista coreano, a partir da década de 60, por meio

de intervenções eficazes na economia, possibilitou a criação de um ambiente favorável à inserção competitiva do país no cenário internacional. Através de uma combinação de políticas industrial, tecnológica e científica, diversos setores industriais alcançaram considerável grau de intensidade tecnológica. O governo assume a promoção de atividades de pesquisa e desenvolvimento dos setores intensivos em tecnologia por meio de parcerias com o setor privado e disponibiliza fundos para a implantação de atividades locais de P&D, com investimentos diretos e incentivos tributários e financeiros. Como resultado do apoio estatal na promoção industrial, foi característico, no caso coreano, o surgimento dos *Chaebol*, grandes conglomerados industriais privados, nos moldes dos *Zaibatsu* japoneses. Na reprodução tardia do modelo japonês pela Coreia, a liderança estatal foi mais forte. Outras transformações como o incentivo à educação (mão de obra barata e qualificada) e construção de um poderoso aparato militar e a reforma agrária realizada, foram fundamentais para a formação de um mercado consumidor interno consolidado, bem como para a redução da concentração de renda.

O padrão de financiamento da industrialização coreana, segundo Canuto (1994), baseou-se no controle estatal sobre os fluxos de crédito interno e externo, devido à reestatização do sistema bancário em 1961. Desse modo, o governo regulava o acesso ao mercado financeiro internacional, o destino do capital externo e os tipos de projetos de investimento a serem financiados por esses empréstimos. O Estado virtualmente podia exercer o crivo decisório sobre todos os projetos maiores de investimento: caráter de “cima para baixo” na definição dos investimentos. No ano de 1983 os conjuntos dos 5 e 30 maiores *Chaebol* absorveram, respectivamente, 24% e 48% do total do crédito bancário. No entanto, segundo Canuto (1994), “ao mesmo tempo em que o governo coreano conduzia as rédeas do desenvolvimento econômico do país, tornou-se o principal agente de repressão dos movimentos trabalhistas, assegurando a manutenção da paz industrial, restringindo a possibilidade de constituição de sindicatos autônomos, assegurando a formação de um ambiente propício para as empresas coreanas em termos de agilidade no processo industrial”. Outrossim, o governo coreano adotou políticas econômicas (desvalorização cambial e redução de tarifas) a fim de promover as exportações dos conglomerados nacionais, tendo em vista o reduzido mercado interno.

A política industrial desenvolvimentista coreana, como o ocorrido na situação brasileira, também fez uso de planos quinquenais para promover o crescimento nacional.

Durante a década de 1960 contemplou-se, principalmente, a indústria leve; nos anos 1970 a indústria química e pesada; e, mais recentemente, após os anos 1980 a ênfase foi dada à indústria da informação, a nova fronteira tecnológica. Canuto (1994) argumenta que a Coreia aproveitou sua proximidade geográfica com um dos líderes da fronteira tecnológica, o Japão, para buscar suporte financeiro e parcerias com o setor industrial. A tática do aprendizado tecnológico baseou-se no envio de grande quantidade de estudantes, principalmente engenheiros, com o intuito de aprenderem e aperfeiçoarem os métodos e processos produtivos de seus vizinhos, com o objetivo de desenvolver tecnologias próprias que poderiam proporcionar maior autonomia às corporações locais.

Chang (2002) destaca o papel do modelo de indução das exportações promovido pelo governo coreano, a fim de controlar o desequilíbrio da balança comercial em períodos de crescimento. O modelo de desenvolvimento era baseado em produtos intensivos em mão de obra (tecidos e brinquedos), na década de 60; produtos manufaturados como navios, aço e outros bens de consumo, durante a década de 70; computadores, chips, automóveis, a partir da década de 80 em diante. Empresas como Samsung, Hyundai e LG são nomes proeminentes do capitalismo contemporâneo, conhecidos mundialmente, inclusive no Brasil. A mudança na pauta de produtos exportados, ao longo das últimas décadas, pode ser resumida nas palavras de Kim (2007, p.32) de que “em 1994 a Coreia alcançou o segundo lugar no mundo como exportador de navios e produtos eletroeletrônicos, o terceiro lugar na exportação de chips de memória semicondutores, o quinto nos ramos tecidos, fibras químicas, produtos petroquímicos e eletrônicos, e o sexto na exportação de automóveis, ferro e aço”.

Pode-se inferir, portanto, que a Coreia não chegou ao atual patamar de desenvolvimento tecnológico por acaso. O avanço técnico vem sendo priorizado pelos setores público e privado há décadas, sendo visto como uma válvula de escape para a situação de atraso quando da abertura aos mercados internacionais. O processo iniciou-se através do modelo de imitação reprodutiva, que perdurou entre as décadas de 1960-1970: cópias e clonagens, imitações legais produzidas por empresas locais e comercializadas com suas próprias marcas a preços baixos, foi a inteligente “alternativa nos primeiros estágios do processo de industrialização de países com baixo nível de remuneração, já que a tecnologia está disponível e relativamente fácil de ser executada”. Posteriormente, chegou-se ao estágio de imitação criativa, entre os anos 1980e 1990: cópias de produtos adicionados de características próprias de desempenho, na qual faz-se uso de amplo investimento em P&D,

ocorrendo aprendizado específico da tecnologia desenvolvida localmente.

4.4. A “ORDEM” E O “PROGRESSO” DA TRAJETÓRIA BRASILEIRA

A análise histórica retrospectiva é importante para compreender a trajetória evolutiva institucional tomada por uma sociedade, resultado de séculos de interações sociais entre os diferentes indivíduos e culturas que formam uma nação. Assim, antes de analisar as mudanças ocorridas no período recente, o foco será brevemente voltado para o espaço temporal da Gênese da sociedade brasileira. Pelo fato da escassa ocorrência de documentos pertencentes às tribos pré Colombianas, o ponto de partida utilizado será o momento em que os navegadores portugueses desembarcaram nas terras povoadas anteriormente apenas por povos indígenas.

Portugal e Espanha foram as primeiras nações da Europa ocidental a formarem Estados modernos unificados, demarcados por fronteiras, feito realizado após a reconquista de territórios situados na península ibérica, que haviam ficado sob domínio muçulmano durante séculos, em decorrência da expansão do mundo islâmico. A estrutura de governo dessas nações tomou a forma de monarquia absolutista, através da união política entre reis, nobres e a nascente burguesia mercantil (Perry Anderson, 1980). A tríade Estado/nação/território, citada por Bauman (2004), proporcionou estabilidade, incentivando e financiando as expedições ultramarinas, que objetivavam estabelecer entrepostos comerciais em regiões da costa africana e asiática.

Segundo Torelly (2011), no final do século XVI, os interesses econômicos do Império português no comércio ultramarino com o Oriente se veem convulsionados pela concorrência estrangeira. As duras derrotas infligidas aos lusitanos por holandeses e ingleses colocavam a necessidade de redimensionar os eixos da exploração colonial. Passava-se, assim, por uma mudança de orientação. Alterava-se o rumo dos capitais envolvidos nos negócios do Reino, num refluxo do mercado Índico para o mercado Atlântico. Aos poucos, começava a desenhar-se uma nova formatação da maquinaria imperial, na qual teriam caráter central a manutenção do domínio da costa africana e o estabelecimento de vínculo entre autoridades e os cartéis negreiros.

Dentro desse contexto, o desejo de qualquer monarca, qual seja o de expandir seus

domínios, e o objetivo dos comerciantes de incorporar novos mercados, complementam-se. Mais especificamente, ao buscar novas rotas de comércio de especiarias nas Índias orientais, as expedições enviadas pela coroa portuguesa garantiam territórios sob influência direta, apresentando “cultura” e “civilização” aos povos pertencentes à barbárie. Na tentativa de encontrar rotas alternativas para as rotas orientais, portugueses e espanhóis vislumbraram terras sem contato prévio (supostamente) com a civilização europeia. Considerado como marco histórico, o “descobrimento” do continente Americano deu origem a uma nova rota de navegação com grande potencial de exploração. No entanto, a conquista ibérica do continente americano “cortou completamente todo o desenvolvimento autônomo ulterior das tribos americanas” (Engels, 1884).

O acontecimento rompeu paradigmas e gerou novas perspectivas em escala mundial. Contata-se, a partir de relatos históricos, que desde o primeiro momento no qual os navegadores portugueses pisaram em solo brasileiro, estes o fizeram com o intuito de explorar ao máximo as terras até então desconhecidas (por eles), sem medir esforços para obter o maior benefício possível com o mínimo de esforço. Assim como no caso do império Espanhol, que invadiu regiões do Caribe e da América do Sul, o contato não foi pacífico, muito pelo contrário, existem diversos relatos que comprovam a ocorrência de inúmeros conflitos entre os habitantes nativos e os navegadores provenientes do além-mar (Galeano, 1978). Os primeiros portugueses, assim, entraram em contato com povos indígenas, que detinham uma cultura mais primitiva, com estreito contato com a natureza. Fonte potencial de conhecimento e sabedoria sobre a região, as tribos nativas foram sistematicamente dominadas, exploradas e praticamente dizimadas de todo continente. São indivíduos que, em sua maioria, vivem em situação marginal e isolados na sociedade latino-americana contemporânea.

Furtado (2003) argumenta que a Genesis da má distribuição das terras ocorreu logo no início da dominação europeia, com a formação das capitânicas hereditárias determinadas pela coroa lusitana. Grandes extensões de terra foram “doadas” a homens ligados ao poder político que, em alguns casos, nunca se deram ao trabalho de visitá-las. As consequências dessa política resultaram em um país que possui ainda hoje uma das piores distribuições de terra e, assim, de riqueza do planeta. A estrutura fundiária é, portanto, uma das heranças nefastas do período colonial pelo qual o Brasil foi submetido. A concentração de terras nas mãos de uma minoria agrava a questão da desigualdade social e, no caso brasileiro, nunca recebeu o tratamento que merece de fato, em virtude dos interesses das classes hegemônicas na

manutenção do *status quo*.

Freyre (1967) faz relatos sobre regiões da colônia portuguesa que conviveram com escassez crônica de alimentos por longos períodos, devido à orientação para o mercado externo da produção agrícola, ao mesmo tempo em que as classes dominantes tinham acesso não somente à produção nacional, mas também ao mercado de especiarias orientais, que vinha se desenvolvendo com a expansão dos fluxos de comércio. O processo de diversificação agrícola é fundamental, sobretudo para sociedades em gestação, ao proporcionar maior variedade de alimentos para a população, segurança alimentar e aumento da qualidade de vida.

O processo de dominação exploratória teve como característica econômica principal o predomínio do cultivo de monoculturas. Na maior parte do território dedicado à produção agrícola foram cultivados produtos que atendiam a demanda dos consumidores europeus: madeira (pau-brasil), cana de açúcar, borracha, algodão e café, produtos sujeitos a ciclos periódicos de expansão e contração por parte da demanda externa. No momento em que a demanda crescia, os preços subiam e, conseqüentemente, as rendas dos senhores da terra (em sua grande maioria, aristocratas estrangeiros). Historicamente, toda vez que tal situação favorável apresentava-se, ocorria a expansão da fronteira produtiva da matéria-prima do momento, com o intuito de surfar a onda e ofertar maiores quantidades, obtendo maiores lucros. A diversificação da pauta de exportações ficava em segundo plano, causando dependência do sucesso de determinado produto.

A consolidação do modelo de desenvolvimento exportador de bens primários – predomínio dos setores agrários, mineiros e pecuários, ocorreu durante o século XIX. Os grupos sociais urbano-industriais formam-se em consequência da expansão do setor exportador e sem que seus interesses econômicos se oponham ao desse setor, mas, pelo contrário, tornam-se um setor complementar daquele. Ou seja, parte dos latifundiários começam a diversificar suas carteiras de investimento, iniciando o processo de formação de pequenas manufaturas. Observa-se, portanto, a “consolidação de oligarquias uniformes e todo-poderosas que sustentam-se sobre um bom número de influências locais” através do domínio da estrutura produtiva e do poder político. Freyre (1964) argumenta que “mesmo após o movimento de emancipação nacional, a modernização, se foi considerável, limitou-se, de fato, aos centros urbanos mais importantes. Na esfera das relações rurais, a situação era idêntica a do período colonial e do absolutismo europeu”.

O homem cordial de Sérgio Buarque de Holanda é resultado dessa evolução

institucional, que perpetua costumes e práticas – as chamadas restrições informais de North (1993) - da classe político-econômica do passado nacional. “[...] onde quer que prospere e assente em bases muito sólidas a ideia de família – principalmente onde predomina a família de tipo patriarcal – tende a ser precária e a lutar contra fortes restrições à formação e evolução da sociedade segundo conceitos atuais.” A heterogeneidade tecnológica entre os distintos setores da indústria brasileira é, segundo Furtado (1968), característica típica de economias subdesenvolvidas, que passaram pelo processo evolutivo de colônia e economia periférica, subordinada aos interesses da metrópole, na qual estagnação dos investimentos em avanço técnico e dinamismo econômico eram limitados.

A atuação do moderno Estado brasileiro em questões econômicas e sociais foi marcante nos governos de Getúlio Vargas (1930-1945 e 1951-1954). Durante os períodos, instituições foram criadas com o intuito de controlar, orientar e apoiar a atividade econômica, sob a forma de empresas estatais: Companhia Vale do Rio Doce de mineração e a petrolífera Petrobras, criadas, respectivamente, em 1942 e 1953. A finalidade primordial era a de assumir empreendimentos que exigiam investimentos substanciais de capital, apresentavam risco elevado aos investidores e necessitavam de longos períodos de maturação para obtenção de retorno financeiro. Devido à ausência de empreendedores locais de cunho inovador, o envolvimento das firmas nas questões ligadas à inovação tecnológica é recente e frágil, o que demonstra um sistema de inovação pouco fortalecido com reduzida capacidade de articulação, existindo um hiato entre empresas, universidades e centros de pesquisa.

O governo de Kubitschek (1956-1961) foi pioneiro na abertura maciça para o capital estrangeiro na forma de investimentos diretos, caracterizado pela entrada de multinacionais do setor automobilístico no país. Além de objetivar a ampliação e diversificação do aparato industrial nacional, a adoção do Plano de Metas induziu a construção da nova capital, Brasília, no esforço emblemático que historicamente marcou a postura desenvolvimentista do Estado brasileiro. Esse tipo de política perdurou até meados da década de 70, quando, por ocasião de inúmeras crises econômicas e a expansão das ideias neoliberais, enfraqueceram a doutrina econômica vigente. Entre 1956-62 os investimentos diretos externos buscavam acesso privilegiado aos mercados locais de bens duráveis de consumo, como consequência da disputa por mercados ainda inexplorados pelas firmas norte-americanas e europeias, que viam seus mercados internos com pouca possibilidade de expansão e progressiva diminuição das taxas de lucro. A introdução do Plano de metas no governo Kubitschek, com ajuda de capital

estrangeiro, visou a diversificação da planta industrial.

No período subsequente de governos militares, mais especificamente, entre 1974 e 1980, ocorreu ampliação/diversificação da indústria pesada (petroquímica, siderurgia, metalurgia, telecomunicações) e investimento em setores com capacidade de exportação, sempre oriundos da exploração de recursos naturais. O projeto estatal-industrialista baseado em agentes locais iniciado por Vargas enfrentou resistência interna. O projeto seguido pelo governo Geisel caracterizou-se pelo ingresso de tecnologia exteriorizada e do crédito privado externo, visto que as condições de empréstimo internacional eram fáceis e baratas junto ao sistema bancário privado internacional. “A industrialização no período 1956-80 se fez acompanhar de excedentes permanentes de população urbana que viviam em condições de pobreza e marginalidade social, para o que contribuíram com a relativa intocabilidade da estrutura de propriedade e uso da terra e outras características de ordem político-sociais herdadas da formação histórica anterior” (Cardoso, 1973).

A partir do momento em que ocorreu o processo de redemocratização política, com o término do período de ditadura militar, a orientação das políticas econômicas seguiu uma orientação de cunho mais liberal. Durante o governo FHC houve a criação de novos órgãos governamentais e agências reguladoras para controlar a ingerência política, fiscalizar o cumprimento dos contratos e dar maior segurança aos investidores e consumidores: ANATEL, ANEEL, ANP, ANTT, Ancine, Anvisa, Copom, Apex. Em sua grande maioria, são instituições que possuem autonomia financeira e administrativa (Cardoso, 2006). Ressalta-se que as agências reguladoras não fazem parte da tradição jurídica que herdamos do mundo ibérico, baseada no direito Romano, antes nasceram da tradição anglosaxã.

Paralelamente, constatou-se uma grande onda de privatizações: Usiminas, Embraer, CSN e Vale, foram empresas que passaram em sua totalidade ou parcialmente, ao poder do capital estrangeiro. Assim, dá-se prosseguimento ao processo de importação de tecnologia estrangeira e demonstra a incapacidade do Estado brasileiro de impulsionar um padrão tecnológico nacional. Além dos setores industriais estratégicos acima citados, ocorreu a privatização de grande parte do setor bancário: Bamerindus foi incorporado pelo HSBC, o Banespa pelo Santander. Cardoso (2002) argumenta que essa foi uma jogada estratégica para defender o Tesouro, a inflação e os contribuintes, devido à crise fiscal do Estado, ademais “não havia recursos nos cofres públicos para investir”.

O governo Lula, por sua vez, deu prosseguimento à política econômica utilizada pelo governo que o antecedeu. Ao longo da primeira década do século XXI, houve o *boom* nos preços de diversas commodities nos mercados internacionais, favorecendo as exportações nacionais, gerando renda e explosão produtiva do agronegócio, com safras recordes a cada ano. Durante seu mandato, observou-se o aumento do grau de abertura ao comércio internacional, tanto em volume de importações como de exportações, modernização e inclusão de novas regiões nos circuitos globais de comercialização. No cenário político, o período ficou marcado pelo escândalo de corrupção do Mensalão, que atingiu boa parte da classe política que detinha o poder. Não obstante, em termos de inovações sociais, houve a introdução de diversas políticas públicas de redistribuição de renda, como os programas Bolsa Escola e Bolsa Família, com o intuito de aumentar o poder de compra dos indivíduos situados abaixo da linha da pobreza, verificando-se a migração da população das classes mais baixas (D, E) para os estratos de classe média. Argumenta-se que esses estratos sociais foram os grandes responsáveis pelo crescimento econômico brasileiro dos últimos anos, dinamizando o mercado interno de bens duráveis de consumo e o progressivo acúmulo de riqueza material. Politicamente, ele também é uma novidade no cenário social, uma vez que é um estrato altamente heterogêneo, com distinções regionais importantes: desde pequenos empresários a operários explorados e sem virtuais direitos sociais.

Em resumo, a evolução do ambiente econômico, político e social brasileiro depende, atualmente, do mesmo modelo desenvolvimentista implementado no início do processo de Industrialização Tardia: ênfase nas indústrias tradicionais em detrimento da pesquisa por processos inovadores, reiterando a situação de dependência tecnológica (EMBRAER, Natura, são algumas exceções); gastos supérfluos, que privilegiam a ostentação da riqueza com produtos de luxo em detrimento do investimento produtivo, por parte dos indivíduos pertencentes ao estrato mais elevado da pirâmide social; pauta de exportações dominada por commodities extraídas da natureza, dependência de divisas externas, excedente estrutural de mão de obra que, em sua grande maioria é de baixa qualidade; crescimento desordenado da burocracia e da intervenção estatal na economia, na contramão da racionalização da administração pública com valores como o profissionalismo, a experiência e o conhecimento; a crise fiscal e a desigualdade entre os setores públicos e privados, no qual os primeiros gozam de estabilidade e alto salário, apesar da baixa produtividade e inexistência de demissões por insuficiência de desempenho; elevada carga tributária e taxa de juros estratosférica.

No Brasil, observa-se que *“A formação de capital humano qualificado não recebeu a necessária atenção, os dispêndios com P&D por parte das firmas são relativamente pequenos se comparados com os pares em desenvolvimento, as empresas não possuem a cultura e interesse de apoiar-se nas universidades e outros centros de pesquisa para inovar”* nos deparamos com uma situação na qual há uma falha na comunicação entre universidades e empresas (Canuto, 1994). O Estado brasileiro foi o agente principal que, historicamente, promoveu a inovação, geralmente através de investimentos feitos por empresas estatais em setores estratégicos e com vantagens comparativas, muitos dos quais, atualmente possuem posição destacada nos mercados internacionais. “é grande o papel que o governo exerce na indução de investimentos, seja direta ou indiretamente, estimulando e traçando políticas públicas apropriadas”. Essa proposição vai de encontro com a ideia promulgada por Schumpeter (1982) de que são os empreendedores (*entrepreneur*) os responsáveis pela geração das ideias que darão origem a novos produtos e/ou novos métodos de produção que modificarão de alguma maneira a estrutura produtiva, originando uma “mudança espontânea e descontínua nos canais de fluxo, uma perturbação do equilíbrio, que altera e desloca para sempre o estado de equilíbrio previamente existente”. O desinteresse do capital privado nacional pode estar associado à falta de “qualidade na iniciativa econômica dos indivíduos” com mentalidade empresarial limitada, reduzida a modelos gerenciais da indústria nacional voltados ao estilo da figura paternalista autoritária do conservadorismo coronelista. À vista disso, soma-se a falta de capacidade técnica para gerar e operar tecnologias avançadas, oriunda da má formação educacional e está pronto o cenário que dificilmente irá romper com o paradigma.

Apesar disso, pode-se citar algumas instituições nacionais que beneficiam o desenvolvimento: o setor bancário nacional bem regulamentado escapou da mais recente crise financeira em escala global praticamente incólume, devido ao baixo nível de exposição dos bancos nos derivativos e produtos financeiros envolvidos; houve quebra dos monopólios e abertura dos setores de infraestrutura aos capitais privados nacionais e estrangeiros, definitivamente com maiores poderes inovadores, quando interagem com centros de pesquisa locais; formação de cooperativas em algumas microrregiões que prosperam quase que de maneira isolada do restante da sociedade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo do desenvolvimento em perspectiva histórica é a análise do sucesso (ou fracasso) das nações em criar um ambiente favorável para os seres humanos viverem em harmonia rumo ao progresso em suas respectivas sociedades. O presente trabalho propôs-se a comparar a trajetória de desenvolvimento nacional trilhada pelo Brasil em relação ao ocorrido com a Coreia, país do leste asiático que conseguiu romper com o paradigma de nação subdesenvolvida realizando o processo de industrialização tardia. Diferentemente do caminho percorrido por países como Inglaterra, Estados Unidos e Alemanha, as nações analisadas só estabeleceram plenamente um complexo industrial nacional durante a segunda metade do século XX, verificando-se relativo atraso temporal das forças produtivas e do avanço tecnológico em relação aos líderes pertencentes ao centro do sistema. Contudo, nos dias atuais, a Coreia credencia-se como uma nação que demonstra plenas condições competitivas com as demais potências industriais, tendo em vista a considerável diminuição do *gap* tecnológico. Simultaneamente, a população coreana, em sua grande maioria, chegou a um nível educacional elevado para os padrões internacionais, usufruindo da oferta de serviços públicos essenciais de alta qualidade, como saúde e transporte.

A região da península coreana foi área de disputa pelo poder de influência ideológica, econômica e militar, submetida ao domínio do Japão durante grande parte da primeira metade do século XX, até final da segunda guerra mundial. O reconhecimento por parte da China da suserania japonesa na Coreia foi o ponto de partida para um período de influência cultural estrangeira, que perdura ainda nos dias atuais. Até mesmo os Estados Unidos passaram a intervir na região, como reação à tomada de poder pelos comunistas na China em 1949, quando irrompeu a Guerra da Coreia, que perdurou entre os anos 1950 e 1953. Ao final do conflito foi estabelecido um acordo tácito, no qual o sul ficaria sob influência capitalista e o norte seria dirigido pelo partido comunista, que continua no poder até hoje e é seguidamente notícia nos telejornais televisivos, como potencial ameaça nuclear, por ser extremamente fechado e por estar muito atrasada em relação à vizinhança, economicamente e culturalmente.

A lógica responsável pelo notável crescimento econômico experimentado pela Coreia do Sul entre os anos de 1960 e 1990 foi o investimento em capital humano através da educação que contribuiu, definitivamente, para o sucesso da trajetória. A melhora na qualidade da força de trabalho tornou-a mais capacitada e apta para absorver, reproduzir e desenvolver tecnologias, tornando-se mais produtiva. Aumentando-se a produtividade

marginal do trabalho, cresce o produto agregado da economia, proporcionando crescimento econômico. A acumulação de conhecimento proporcionou a estruturação e consolidação de um Sistema Nacional de Inovação voltado para a atividade científica em busca da independência tecnológica dos processos produtivos, inerentes à moderna civilização industrial.

Alguns pontos de convergência podem ser encontrados nas trajetórias tomadas pelos dois países. A intervenção estatal esteve muito presente e jogou papel fundamental nos processos de industrialização e direcionamento do investimento, representados pelos planos quinquenais, pelo processo de substituição de importações e pelas políticas econômicas para atração de capital estrangeiro. Sob a tutela da burocracia estatal, poderosos esquemas de fomento foram implantados pelos respectivos Estados Nacionais: crédito dirigido e subsidiado; investimentos em infraestrutura e indústria de base. Submetidos a regimes autoritários, apoiados na hegemonia militar, tanto Brasil quanto Coréia do Sul aceleraram tremendamente acumulação industrial nos anos 60 e 70. Quando das crises econômicas ocorridas nos anos 1990, ambos os países possuíam elevados níveis de endividamento externo: o Brasil sofreu impacto nas finanças públicas, enfraquecimento do Estado e transferência de recursos para o exterior, apresentando recessão com elevada inflação; a Coréia, por sua vez, sofreu maior impacto no setor privado, tendo em vista que era esse setor, representando por firmas e bancos, o responsável pelo endividamento no contexto da crise asiática.

Para compreender as inúmeras mazelas que afligem a sociedade brasileira nos dias atuais, foi preciso voltar ao tempo e observar atentamente o panorama criado ao longo de séculos de contínua dominação, exploração e subordinação. O fato de que os textos de Sérgio Buarque de Holanda são considerados tão atuais quanto o eram na época em que foram escritos, comprova a incapacidade da elite político-econômica brasileira, detentora do controle sobre boa parte do aparato institucional, o poder de gerar uma mudança estrutural de paradigma tecnológico-educacional que dinamize o processo de desenvolvimento evolutivo civilizacional, condizente com as especificidades nacionais.

Na montagem e consolidação da indústria brasileira, o ingresso de capital e de tecnologia estrangeiros e o investimento público ocuparam papéis centrais, em detrimento do desenvolvimento de um Sistema Nacional de Inovação integrado com instituições de pesquisa científica e universidades em contato direto com as empresas, dando dinamismo às mutações do sistema em busca de soluções ao desenvolvimento.

De acordo com Conceição (2001), os processos de crescimento, desenvolvimento e progresso não podem ser reduzidos apenas a “aumentos no produto per capita, mas da manifestação de um processo dinâmico de mudanças, transformações ou mutações no nível da atividade produtiva. Essas mudanças podem ser de natureza tecnológica ou econômica, repercutindo não apenas nos níveis micro e macro, senão nas esferas social, política e institucional”. Tais fenômenos devem ser entendidos como processos com profundas raízes históricas, e devem ser tratados de forma essencialmente qualitativa. Assim, aproximar a história do ideal de comunidade humana, na unidade universal da “humanidade kantiana”. Segundo Bauman (2004), “a história ainda está conosco e pode ser construída e, sabendo-se que “é muito árduo ocorrer a mudança institucional e existem forças poderosas trabalhando com o objetivo de manter o *status quo*”, o processo de “criação destruidora” schumpeteriana deve ser aplicado, também, a determinadas tecnologias sociais, que contaminam a sociedade, como os vírus e bactérias no universo microbiológico.

Os constantes conflitos entre os “bandidos” da periferia e favelas com as forças policiais e a perseguição dos líderes comunistas na época das ditaduras militares parece renascer com as demonstrações populares ocorrida em 2013. Diversos movimentos com diferentes perspectivas ideológicas foram às ruas protestar contra a inoperância do sistema único de saúde, o descaso com a educação pública, aumento nas tarifas de transporte, excesso de corrupção e desvio de verbas públicas, evidência pura da insatisfação com o atraso social e político brasileiro, que explica grande parte do atraso temporal em relação aos países mais avançados em todas as dimensões da vida social.

Curiosamente, os últimos anos viram uma transformação no povo coreano, que se torna cada vez mais infeliz, como comprovam os crescentes casos de suicídio. Segundo Chang (2012), isso é resultado das transformações institucionais que geram alta competitividade, medo, insegurança e depressão dentro da sociedade, tendo em vista a concepção de natureza humana que predomina nas empresas, na qual os seres humanos são vistos como qualquer outra mercadoria: “se colocarmos mais pressão, eles produzirão mais”. Não obstante, a doutrina do livre mercado alimenta esse ciclo através da busca pelo lucro de curto prazo a qualquer custo, para saciar a vontade dos acionistas que, segundo o autor, é “a ideologia reinante em nosso tempo, algo como o papel da Igreja Católica na Europa Medieval”. Questiona-se, portanto, se essa é realmente a evolução institucional a ser trilhada e que proporcionará um futuro mais digno e virtuoso para a futura organização social da

civilização humana.

REFERÊNCIAS

ACEMOGLU, Daron & James A. Robinson. *“The Role of Institutions in Growth and Development”*. **The Commission on Growth and Development, Working Paper Series**. Washington, v.10, 2008.

AMSDEN, Alice H. **Asia’s next giant: South Korea and Late Industrialization**. New York: Oxford University Press, 1989.

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2008

BAUMAN, Zygmunt. **Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004

CANUTO, Otaviano. **Brasil e Coréia do Sul: os (des)caminhos da industrialização tardia**. São Paulo: Nobel, 1994.

CARDOSO, Fernando Henrique. **A Arte da Política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____ & Enzo Faletto. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo: UNESP, 2003.

CONCEIÇÃO, Otavio A.C. *“A dimensão institucional do processo de crescimento econômico: inovações e mudanças institucionais, rotinas e tecnologia social.”* em **Economia e Sociedade**, v.17, p. 85-105, Campinas, 2008.

_____. “*Instituições, crescimento e mudança na ótica institucionalista.*”

Tese de doutoramento em economia da PPGE/UFRGS, Porto Alegre, 2001

_____. “*Os antigos, os novos e os neo-institucionalistas: há convergência teórica no pensamento institucionalista?*” em **Análise Econômica**, v.36, p. 25-45, Porto Alegre, 2001.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Lafonte, 1884.

FURTADO, Celso. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. **Raízes do Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FREYRE, GILBERTO. **Casa Grande e Senzala**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1964.

GALBRAITH, J. K. **A Natureza da Pobreza das Massas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.

HIRSCHMAN, A.O. **The Strategy of Economic Development**. New York: Yale University Press, 1961.

_____. **A economia como ciência moral e política**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

HOBBSBAWN, ERIC. **A Era dos Extremos: o Breve Século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. **How to Change the World: Tales of Marx and Marxism.** London: Abacus, 2012.

_____. **On History.** London: Abacus, 1997.

HODGSON, GEOFFREY M. **How Economics Forgot History.** New York: Routledge, 2001.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **O Homem Cordial.** São Paulo: Penguin & Companhia das Letras, 2012.

MARX, Karl & Friedrich Engels. **Manifest der Kommunistischen Partei.** Stuttgart: Reclam, 2010.

MESZAROS, Istvan. **A Educação para além do Capital.** São Paulo: Boitempo, 2007.

NELSON, Richard. **As Fontes do Crescimento Econômico.** Campinas: Unicamp, 2006.

NORTH, Douglass C. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance.** New York: Cambridge University Press, 1991.

_____. *“The role of institutions in Economic Development”*. **United Nations Economic Commission for Europe, Discussion Paper Series, No. 2003.2.** Geneva, Switzerland, 2003.

SCHUMPETER, J. A. **A Teoria do Desenvolvimento Econômico.** São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

STIGLITZ, Joseph. **Globalization and its discontents**. London: Peguin, 2002.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Historical Capitalism**. New York: Verso, 2011.

_____, **Universalismo Europeu**. São Paulo: Boitempo, 2008.